

a crítica **BRASIL 500 ANOS**

HCTR.0188

Manaus, sábado, 22 de abril de 2000

Foto: Ricardo Oliveira

A descoberta da Amazônia

O Brasil comemora hoje 500 anos de seu “descobrimento”. O marco é a chegada da frota de Pedro Álvares Cabral a Porto Seguro, na Bahia, palco da celebração, para onde convergiram todos os povos, raças, credos, ideologias, enfim, o caldeirão de culturas de um País que se fez forte em suas diferenças. O índio é o símbolo de como tudo começou, uma espécie de elo perdido na história do Brasil. Eles já estavam por aqui quando os primeiros exploradores chegaram. Eles estarão lá, em Cabralia, hoje, reivindicando, protestando, resistindo. Para os índios, os primeiros habitantes deste País, o Brasil “são outros 500”. Um grito que ecoa neste suplemento especial, voltado para a história da região, narrada desde a chegada das primeiras expedições, como a de Francisco Orellana, que veio em busca do “El Dorado”, até a Zona Franca de Manaus e suas perspectivas de investimento e diversificação de mercados. Para muitos historiadores, a carta de Pero Vaz de Caminha é tida como a certidão de batismo do Brasil. Para os índios, o batismo do Brasil é coisa de seus antepassados, de uma cultura que até hoje luta para manter e resgatar seus valores.

RETROSPECTO

A Amazônia e o descobrimento do Brasil

O ESTADO DO AMAZONAS ENTRA NA HISTÓRIA DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL APENAS 42 ANOS DEPOIS DO FEITO DE CABRAL

MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO

O território hoje ocupado pelo Estado do Amazonas, como organismo fisiográfico, entra na história do descobrimento do Brasil com uma diferença de apenas quarenta e dois anos. Com efeito, foi em 1541-42, que o capitão espanhol Francisco Orellana cursou os meandros do rio-eixo da vertiginosa penepianície, usando dois bergantins tripulados por mais de cinquenta homens, dois escravos negros e dois sacerdotes, frades Gaspar do Carvajal (escrivão) e Gonzalo de Vera. Após aquela empresa turbulenta, a Amazônia ficaria esquecida durante outro grande prazo, acontecendo com ela o mesmo abandono em que ficou o Brasil depois do ainda não esclarecido descobrimento. A que vem essa nossa refutação? O único documento positivo do descobrimento é a célebre carta do escrivão Pero Vaz de Caminha, achada pelo diplomata brasileiro Varnhagen naquela tumba de manuscritos valiosos que se chamam em vida Torre do Tombo, em Portugal. E a carta nada revela que indique uma terra de dimensões continentais, apenas "uma ilha excelente para aguada". Essa "ilha" ficou por longo tempo confundida com a tradição europeia - Bresile, Bersil, - de que davam conta certos grafites muito pouco verossímeis, correntes entre a gente do mar antes mesmo dos périplos portugueses para a África e Oriente. Essa negligência vem provar que Portugal nunca foi um país colonizador. Limitou-se a ser uma nação escravocrata, monopolizadora, anti-cientificamente dotada e visceralmente católica apostólica romana. Foi esse prognóstico cristão, estigmatizado na cruz vermelha das caravelas, que proibiu aquele país de comerciantes, artistas e marinheiros a suplantar a Espanha em matéria de cultura aplicada às colônias. Nem mesmo com a muito recente fantasia de uma Escola de



REGISTRO Mapa do Rio Amazonas, de 1637, de autoria anônima, atribuído aos franciscanos Brieva e Toledo.

Sagres (sem documentação), que existiu apenas na boa vontade de escritores não historiadores. A primazia da notícia do descobrimento do Continente Sul cabe a Cristóvão Colombo, que a documentou no seu diário de viagem. Após essa notícia que alvoroçou o mundo cristão da Europa, esta só vai haver conhecimento da vastidão da Amazônia e do seu possibilismo econômico (borracha) no relato de Charles Marie de La Condamine, em 1707, ogresso da cidade de Quito, aonde foi medir os

graus terrestres.

A diferença entre as duas colonizações não anda longe: enquanto a Espanha dotava o Peru e o México de duas Universidade, e, em pleno século dos descobrimentos marítimos (1500), na Amazônia brasileira de então não havia uma escola de primeiras letras! E a negligência continuou até o reinado de dom João VI, quando este mandava queimar nas praças públicas de Lisboa os livros de ficção, de cabalada e de política, de avançada filosofia, principal-

mente franceses. Enquanto ali bem perto a Argentina editava obras de Jean Jacques Rousseau, dom João VI proibia, por decreto, que o grande sábio Alexandre Von Humboldt penetrasse em território nacional brasileiro. Por essas e outras, os espanhóis, mais diligentes, iam avançando suas conquistas pelo norte e oeste, firmando-se até o território do hoje município de Tefé, e nos páramos do atual Estado de Roraima. Pouco faltou para o Brasil ignorado perder um grande quinhão de terras a oeste,

com suas humanidades catequizadas pelos padres Samuel Fritz (alemão) e Batista Sana (espanhol), que inclusive alagaram a região do Alto Solimões com topônimos castelhanos e uma base cultural que só se desintegraria com a sábia e oportuna intervenção do Marquês de Pombal, expugnando os invasores e proibindo o aprendizado da língua tupi. Foram os espanhóis, portanto, quem divulgaram, sempre, no passado, a existência do farto sertão amazônico, desde a costa corrida do Cabo do Norte ao Oceano Pacífico, este descoberto pelo espanhol Balboa, que nele entrou com pendão e gente d'armas, asselando a posse em nome do rei da Espanha. Enquanto toda essa política de expansão e reclame se desenvolvia, fazendo que a Europa quedasse admirada e desejosa de competição, que não tardou, os portugueses limitavam-se a caçar índios, a escravizar índios, a massacrar índios.

O mal que adveio do esquecimento da região amazônica, na política unilateral exercida pela metrópole, não ficou somente na carência de educação e de instrução dos povos naturais; ele se estendeu principalmente na forma do monopólio que sacrificou a economia local, sem benefício nenhum para nós: na escravização do amazoníndio e na introdução do escravo africano. Com efeito, o processus utilizado pela colonização portuguesa só existe de maravilhoso na palavra dos escritores que não foram historiadores, do tipo do sr. Carlos Malheiros Dias, inventor de várias estórias maravilhosas e de uma (apesar de tudo) recomendável História da Colíniação Portuguesa no Brasil (escrita por equipe), em três grandes volumes ilustrados a cores, obra rara atualmente. Justificando o que dissemos acima, o mal da escravização do nosso indígena vem da lembrança muito pouco cristã (política aristotélica) do padre português frei Cristóvão de Azevedo (da Cunha), escrivão da armada, apesador do capitão Pedro Teixeira. E essa armada, que reuniu

mais de duas centenas de canoas e cerca de dois mil índios de flecha, que liberta Portugal do *sonium*, acórda-o da inépcia, e leva-o, numa arrancada digna de encômios, à dilatação do meridiano de Tordesilhas, marcando os lindes do território brasileiro ocidental, a dezesseis de agosto de 1639, depois daqueles compridos e improficuos noventa e sete anos de abandono! Noventa e sete anos de esquecimento do mundo amazônico dava para um país, mesmo pobre, realizar uma política de aproveitamento de todas as energias potencialmente abertas numa oferta paternal, energias humanas e energias mesológicas. E nada disso foi feito. O alheamento era tão pírrico que dom João VI, quando chanceava sua grandeza real, só mencionava "Rey de Portugal e do Algarve", esquecendo o Brasil. E o grande poeta Luís de Camões, a quem admiramos como uma das colunas mestras da cultura literária lusitana, nunca jamais se referiu ao Brasil, nem num triste versinho. Nós éramos a dispensa farta, porém distante do estômago real.

Mas a Amazônia, como um todo geográfico (e muito pouco político), começa mesmo a ser olhada como ucharia do reino com a expedição da carta-régia de 1637, que criou a Capitania do Cabo do Norte, assinada por Felipe IV da Espanha. Observe-se bem o que dissemos sobre a diferença entre os dois sistemas de colonização: a Espanha, que absorvera o reino de Portugal, tratava a colônia logo com uma predisposição de levá-la ao mesmo nível das colônias espanholas da América, do México à Argentina, dando-lhe condições de faturamento cultural. Portugal simplesmente as abandonava, e pior, quando pensou nela foi simplesmente como aringa de escravos, foi na qualidade de depósito do rebotallo social: degredados perpétuos, cristãos novos, judeus suspeitos de heresias, criminosos não rompidos, a escorralha das aldeias condenadas. E daqui saíam as madeiras de lei, o cravo, a canela, as amaranadas "drogas do sertão", e, obretudo, a miserável escravização dos índios! A fim de garantir a posse fixação, ela usou do expediente de sua praxis: levantou igrejas e erigiu fortalezas, algumas já inúteis antes e completarem cem anos. E muitas das primeiras fortalezas e fortins construídos à pressa, não o foram para defesa dos colonos, e sim da cozinha portuguesa. Para o último rime, — a escravidão vermelha, — sem Portugal nem o Caticano, ainda pediram perdão nestes quinhentos anos! E até o papa, ministro de

Deus a quem muito admiro pela sua inteligência e assistência moral aos povos da cristandade, não fez muitos dias declarou que a Igreja não pediria perdão pelos milhares de vidas martirizadas na Idade Média amazônica! Antes houvesse silenciado, porque se ele ignora o vultoso holocausto indígena, a História jamais o esquecerá. A Igreja Católica Apostólica Romana, e só ela, arrastou para a morte, com as famosas "tropas de resgate", a milhares de seres inocentes, cujo único pecado era não serem portugueses de nascimento. Os documentos que vão ser citados por nós, no nosso livro — O trabalho escravo durante a colonização portuguesa, em fase de redação, esclarecem esses pontos delicados, sujos de sangue, sujos de lama, sujos de fanatismo religioso, sujos de política monopolizadora. É verdade ter havido homens de muita honra e sabedoria, que não comungavam do mesmo credo, que faziam restituir às suas aldeias os índios escravizados injustamente, e poderíamos citar, entre eles, ao governador do Pará, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1667), que fez voltar a sua origem, no Pará, um punhado de índios Conduri que lhe haviam mandado, sendo a despesa da restituição à aldeia natal custeada pelo remetente. O próprio Rei não homologava esses critérios desonestos, punindo ou mandando punir os transgressores da lei do Diretório, mas sua majestade estava do outro lado do Atlântico, não via os desmandos que seus criados praticavam ou ordenavam nesta parte, aqueles criados que constituíam elite parasitária, uma fidalguia esfripada que vivia reclamando a urgência de escravos.

É, pois, com a fundação da cidade de Belém (Presépio), por Francisco Caldeira de Castelo Branco (1616), que a Amazônia começa a tomar o aspecto de colônia, embora o historiador nacional Manuel Rodrigues declare perentoriamente não haver sido usado nunca este termo nos documentos. Mas é singular que o espírito dessa presumida "colonização" fosse justamente o pregado pela escolástica, e tivesse como lastro a noção filosófica dos materialistas pré-socráticos, representados pelos elementos cimeiros da Igreja cristã. A calhar, vem a responsabilidade do padre Antônio Vieira na introdução do escravo

africano em substituição ao ilota indígena. Uma infâmia por outra. Todavia, é o lugar para dizer que essa promoção escandalosa não era nenhuma novidade: Portugal já fizera escravos aos mouros, aos guanches das ilhas, aos pretos da África, aos chins e japos do Oriente. Era vício do labrego português não trabalhar para seu sustento: na Amazônia ele pedia ao Rei escravo para remar, escravo para pescar, escravo para a cozinha, escravo para cuidar dos filhos, escravo para a lavoura de quintal, e, como resultado de tanta penúria, algumas das escravas eram destinadas ao concubinato, a fim de aumentar a estatística dos mamelucos. A violência contra os pobres índios era tanta que chegou a existir uma elite de "emprenhadores", exclusivamente para fazer mais escravos! Pois se até os padres recebiam de graça escravas (mulheres feitas e mocinhas) a título de ecônomas, que providen-

"O PITORESCO DO INÍCIO DA COLONIZAÇÃO DO TRATO AMAZÔNICO NÃO É A FUNDAÇÃO DE ESCOLAS NEM DE IGREJAS, MAS O ATROPELAMENTO DAS ALDEIAS INDÍGENAS PELA TROPA VOLANTE À CAÇA DE ESCRAVOS"

ciassem os arranjos da ordem doméstica! E não era para cuidar dos círios da sacristia.

Os documentos estão aí, na correspondência dos governadores, publicados em boa hora pela Revista da Biblioteca Pública do Pará, desde o século XVI, e infelizmente interrompida a publicação, pela falência da revista. Do meio de toda essa turbulência moral-social surge uma ilha: a monarquia portuguesa delega poderes ao naturalista dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, baiano, para estudar e colecionar os produtos amazonenses, o que ele fez cientificamente, enviando boa cópia de caixas com animais preparados, e relatórios (as interessantes *Memórias*), além de providenciar em todo o rio Negro as grandes plantações do anil e de outros vegetais econômicos. Pitoresco é que foi ele o introdutor da fruta jumbo, natural da Índia, que se deu bem em Manaus, haja vista sua proliferação em terrenos da Vila Municipal Operária. Pois bem: as caixas e as memórias ficaram como foram enviadas, sem nenhuma assistência, nem

sequer abertas ao público! Salvou-as, às coleções, a soldadesca do general Junot, pilhando tudo e levando para a França, onde tiveram melhor acolhimento constituindo hoje um acervo científico dos mais credenciados. Quanto às *Memórias*, do esquecimento salvou-as o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicando-as na sua Revista, em vários números, no passado século. Depois dessa explosão, que iluminou de fato a cultura portuguesa embrulhada em sambenitos, de escandaloso só houve duas coisas: a fogueira que torrou o dramaturgo brasileiro o Judeu, e a ameaça de extermínio na pessoa do padre brasileiro Bartolomeu Lourenço de Gusmão, o Padre Voador, o jurista, o diplomata, o que deu a Portugal a parte oeste do meridiano de Tordesilhas, em 1750, o que era nas ruas de Lisboa levado ao ridículo pela ralé, apontado como doido por causa da sua insistência em fabricar um bálão dirigível. O culto da Ciência nunca foi, nem atualmente, uma forma de cultura daquele povo. Sem essa base não poderia jamais existir naquele país de centenas de conventos e de igrejas monumentais, nenhum marcante interesse pela educação da Colônia.

O pitoresco do início da colonização do trato amazônico não é a fundação de escolas nem de igrejas, mas o atropelamento das aldeias indígenas, praticado pela tropa volante à cata de escravos! Antes mesmo do deslocamento de colonos para a Amazônia ocidental, a tropa de resgate — a maior infâmia que Portugal encontrou para "colonizar" a sua ucharia, — foi que começou o holocausto dos infelizes naturais que não sabiam quem era o Deus dos homens barbudos vestidos de ferro e de saias, que arrastavam à força para adorar o seu Tupã. A primeira tropa de resgate saiu do Maranhão no dia 22 de junho de 1657, sob o comando do "cabo" Bento (Benito) Maciel Parente. De acordo com um Regimento das Missões, toda tropa de resgate deveria ser acompanhada de dois religiosos, pelo menos, sendo um o Juiz de Legitimidade e o outro o escrivão-confessor. Aquele estava reservado o direito de atestar a legitimidade da escravização do índio, uma vez que o tal Regimento proibia que se usasse de injustiça, ofendesse o

direito de liberdade do natural e o decoro da sociedade. Até aí muito boa a política expansionista do reino, mas o Regimento era uma faca de dois gumes, quando aplicado em desfavor do gentio apenas pela ganância dos pombeiros e não da administração metropolitana, seja dito. A letra daquele código dizia que somente aos "índios de corda" e aos apenados por ataques às Missões, seria aplicada a "lei dos descimentos". Por descimentos se entendia a manobra militar, civil e religiosa, que encorajava as tropas de resgate a conduzir índios mansos para as Missões. Foi assim constituída a população das atuais cidades de São Luís do Maranhão, Belém do Grão-Pará, Barcelos (Mariuá) e Manaus (Barra), apelando-se para o mitimal, as duas últimas com gente extraída das tribos Tarumã, Pacé, Baré, Manau, Baniba, Mundurucu, Muhra, Maiapena, Guanavena, Caboquena, e de outros estoques, mais rionegrinos do que madeirenses, puruenses, juruaenses, etc.. Essa fatal lei dos descimentos era liberada igualmente para civis que desejassem escravizar índios para vendê-los, mas só poderiam agir com licença das Câmaras e conhecimento da majestade real. Havia três categorias de escravização permitidas: os descimentos propriamente ditos, quando as hordas indígenas, sob inspiração religiosa, deixavam voluntariamente suas aldeias para povoarem as Missões; apenados, quando as hordas eram punidas por sublevação ou ataque às Missões ou a brancos e índios que fossem molestados por tribos do tipo dos Manau. A terceira categoria era a dos "índios de corda", que permitia à tropa de resgate (o nome está dizendo) salvar da morte o índio prisioneiro de uma tribo inimiga, ligado à muçurana. Ficaram dessa situação dois documentos preciosos: ilustrações de De Brye, nas memórias de prisioneiros dos Tupinambá, e o poema "Y-Yuca-pirama", do poeta maranhense Antônio Gonçalves Dias. Corria uma versão, de que o poema havia sido escrito em Manaus, inspirado nas notícias que o poeta obteve na viagem que fez ao Rio Negro, em 1865, na qualidade de fiscal itinerante da instrução pública.

É somente no reinado de dom José I, que seu ministro, o Marquês de Pombal, dá curso a uma série de providências que tentam reivindicar para a Amazônia títulos de relativa autonomia administrativa, com a criação de governos separa-

Continua na próxima página

dos (Capitanias do Maranhão, Pará e de São José do Rio Negro, com sede em Barcelos vila), criada a três de março de 1755, onde se desdobrassem os serviços administrativos. Isto só vai acontecer com a separação de governos e a nomeação do primeiro governador da novel Capitania com sede em Barcelos, ex-aldeia de Mariuá, Francisco de Melo e Póvoas, sobrinho do Marquês, naquele ano. Acontecem coisas sensacionais nesse interregno, que honram de fato o governo reinol: o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado incentiva os casamentos dos soldados com as índias; comunica aos naturais o direito de serem nomeados para cargos de exceção; dá aos índios a oportunidade de serem escolhidos para cargos de pouca responsabilidade; proíbe aos sacerdotes a prática da língua geral (nheencatu amazônico), na catequização, proíbe a fabricação de aguardente de cana, para não viciar demasiado os índios; proíbe a construção de casas fora do alinhamento e dá aos mestres construtores instruções para que as casas tivessem a mesma compostura, o mesmo alinhamento e dá aos mestres construtores instruções para que as casas tivessem a mesma compostura, o mesmo alinhamento, evitando as tacaniças. Tudo isso sob o patrocínio do Marquês de Pombal, que era o homem forte. Este organizou uma Companhia de Comércio, que foi a solução mais prática e necessária para o progresso da colônia, companhia que naufragou, atropelada pela viciosa presença do atravessador de gêneros alimentícios, essa praga que vem prejudicando o povo há cinco séculos, e que incluía o regatão. Foram criados os primeiros serviços administrativos: Câmara Municipal, justiça ordinária, aquartelamento de tropas, prelação, e os demais exigentes que faltavam a uma verdadeira situação estatal, que é a distribuição dos cargos burocráticos, a cidadania, a rede de coleta oficial de tributos, a ordem urbanística e a difusão de preceitos arquitetônicos que evitassem o conglomerado, o caos das betesgas estreitas e tortuosas (influência árabe), um serviço de correios oficial e público, linhas de navegação direta para Belém, ribeira dos comestíveis (mercado), alfândega ou simplesmente postos de arrecadação dos dízimos, impostos e emolumentos. O setor judiciário foi lembrado em primeira mão, pois as devassas (processos judiciais) contra homicídios, furto, sevícias, heresias e apostasias, rixas assaltos a Missões organizadas, insultos públicos, malversão de dinheiros, fuga de escravos, fogo posto, latrocínios, escravi-

dão ilegal, comportamento agressivo aos costumes e leis, — toda essa prática condenada pelas Leis Extravagantes, era enviada à Relação do Maranhão, que absorvia o procedimento das justiças, incluindo-se eclesiásticas. Ora, o serviço de correios, oficial e particular, era longo, somo e perigoso, de Barcelos a Belém, e dali a São Luís, demorando de ano e meio a dois anos! E algumas devassas, instrumentadas, deveriam ir à presença do Rei, ou do Conselho Ultramarino, levando outro tanto de regresso da conclusão a sanção finais. O sistema de comunicação entre as praças era a diligência fluvial, tão morosa como a terrestre: as canoas faziam estalagens, por exemplo: da vila de Barcelos (Mariuá) à Barra (Manaus), uma equipe de remeiros; daí era substituída por outra, que conduzia a canoa do servio real a Itaquatiara (Serpa); daí para Vila Bela (Parintins) já era outra; e assim aí a Santarém, Óbidos, Monte Alegre, Belém, São Luís do Maranhão. Esse transito foi modificado com a nomeação do Ouvidor Geral, autoridades itinerante, que fazia as correções periódicas de vila em vila, incluindo os povoados. Houve vários deles, porém quem mais salientou-se foi o dr. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, que deixou uma obra publicada sobre as suas visitas aos lugares da Amazônia. Assim, o Bispo fazia as suas "desobrigas" (houve deles muito ilustres, frei João de São Joseph de Queirós e frei Caetano Brandão) e o Ouvidor as suas "correções" periódicas. Logo que se instalava a Vila, com Câmara Municipal, procedia-se a dois rituais imponentes e imprescindíveis, com a audiência obrigatória do povo: a presença do pendão real e a chantação do pelourinho, em frente ao edifício onde funcionasse a Câmara. No nosso livro *Fundação de Manaus*, pgs. 106, esclarecemos melhor a criação e instalação dos serviços judiciários. Depois do juiz auditor embarcado, criou-se o cargo de Ouvidor sedestre, sendo nomeado o letrado dr. Lourenço Pereira da Costa, por carta régia de trinta de junho de 1727. A administração reinol ia na verdade concedendo foros de autonomia à colônia, uma evolução que escapava dopior para o melhor, graças ao espírito empreendedor de certos ministros de Estado. Abolida a escravatura do silvícola, este passava a cidadão residente ("vizinho"), com autorização para exercer cargos hierárquicos e de confiança de sua majestade real.

rárquicos e de confiança de sua majestade real.

O município de Manaus se forma com a transferência da capital para o lugar dito São José da Barra, ou simplesmente Barra, que naquele então era governado por um Diretor de Povoado, e que já possuía, desde 1669, como principal edifício, o forte dedicado à Trindade divina. Depois de mais de vinte anos é que vai ser construída a igreja de Nossa Senhora da Conceição, padroeira, em 1695 pelos padres Carmelitas. Essa igreja, reformulada no governo de Lobo D'Almada, incendiou em 1850, totalmente. O Lugar, que aspirava ser Vila, pela sua salubridade e posição estratégica, era por ora governado segundo as Lies Extravagantes correntes, dimanadas da Câmara Municipal de Barcelos. Nomeado terceiro governador da Capitania de São José do Rio Negro, o dr. Manuel da Gama Lodo D'Almada, este transferiu a capital, de Barcelos, para a Barra, ati-

"SE A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NOS PREJUDICOU POLITICAMENTE, EM COMPENSAÇÃO O AMAZONAS GANHOU O RESPEITO DA OPINIÃO PÚBLICA NACIONAL, COM PELO MENOS DUAS REVOLUÇÕES EM NOME DA LIBERDADE

tude que não agradou ao irmão do Marquês de Pombal, o homem forte, Coronel de milícias Francisco Xavier de Mendonça Furtado (tem nome de rua no bairro de Nossa Senhora Aparecida dos Tocós). É nesse governo que a Capitania tende a receber os impulsos que iriam torná-la autônoma economicamente. Uma série de benefícios programados e executados em parte pelo governador Logo D'Almada tiveram o grande mérito de saudar movimentado ciclo industrial, cuja execução feriu a sensibilidade do irmão do Marquês. O governador foi acusado de malbaratar as finanças do reino, e exibiu sua honestidade declarando até as abotoaduras de ouro dos punhos e o seu peso em gramas. Na sua administração foram criadas as primeiras indústrias oficiais, constantes de uma fábrica de anil, uma olaria de dozer telhas de barro, potes, utensílios de mesa e dozinha, uma fábrica de velas de cera, cujo prédio sobreviveu até nossos dias, quando foi vandalicamente destruído pelo governo federal para no seu lugar se levantar aquela beleza arquitetônica na

rua da Instalação da Província. E uma fábrica de panos e redes de algodão. O seu mais judicioso empenho foi isntalar o criatório do Rio Branco, que o governo federal deixou arruinar-se. Um dinamismo inusitado, que superou dois séculos de atraso na vida sócio-econômica da Capitania. Aos trancos, vamos vivendo na órbita dos governos do Grão-Pará, para cujos cofres ávidos escorria a riqueza da Capitania logo mais transformada em Comarca do Rio Negro.

Em 1832, doze de abril, depois de tenaz empenho dos patriotas de manaus, e a revolução improdutiva de 1821, que desemava a separação, o Amazonas é declarado Província independente, a vinte e dois de junho, graças às manobras das principais autoridades, em que se salientaram as pessoas do Ouvidor dr. Manuel Bernardino de Souza e Figueiredo (proclamado Presidente da Província rebelde), padre frei José dos Santos Inocentes e mais outros três sacerdotes barulhentos, frei Santa Luzia, o chefe da artilharia, etc. A revolução, que desejava reparar a injustiça que esqueceu a Comarca do Rio Negro (erigida em 1833), não foi pacífica. Morreu atravessado por baioneta o comandante da tropa, coronel Felipe dos Reis e perseguido o coronel Ricardo Zany, que fugiu ao confronto. Mas a idéia

da sepração não ficaram no oblvio, e foi retomada suasoriamente pelo coronel João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, pelo Bispo da Bahia Dom Romualdo Antônio de Seixas, e outros mais, que pugnaram na Assembléia Nacional pela reivindicação amazonense. Nós entramos nesse dezenove século com o pé direito. Se a Independência do Brasil nos prejudicou politicamente, em compensação o Amazonas ganhou o respeito da opinião pública nacional, com a assertiva de que pelo menos duas revoluções se fizeram em nome de uma consciência libertária. É fato concreto o desânimo das gentes amazonenses pela política de Portugal e pela continuidade dela com Dom Pedro I, tanto que a este jamais se fez a menor homenagem, considerado, como o pai, insolvente intelectual. (Pelo que conta a história *sub judice*, Dom Pedro I não era filho de Dom João VI, mas do Marquês de Marialva). E esta animosidade possuía raízes profundas, pois quase todos os amazonenses de cem anos atrás descendiam daquelas vítimas dos dois grandes holocaustos: a escravidão e as séries de genocídios praticados em

nome da regilião e da monarquia.

O primeiro grande trabalho de Tenreiro Aranha, ao ser investido na presidência na novel Província do Amazonas, foi dar à terra de seu pai (o poeta amazonense Bento Aranha) as condições que ela não teve como colônia e como capitania subordinada: serviços administrativos desmembrados, maior amplitude de rendas, e, sobretudo, o monumental e ainda hoje admirado estatuto educativo, a fim de recuperar a longa etapa de hebetismo por que passara a colônia, sem escolas, sem instrução, sem livros didáticos, sem imprensa informativa, sem instrumentos de propedêutica. Dentro dos primeiros trinta anos do XIX século, após a Independência, foi fundado em Manaus o Seminário Episcopal São José, a quatorze de maio de 1848, a fim de receber as vocações, pelo bispo do Pará, Dom José Afonso de Moraes Torres, homem probo e culto, que deixou recomendável obra sobre a língua tupi do Amazonas. É nesse Seminário que se instala a primeira gráfica, dirigida pelo reitor, o padre italiano Frederico Cattani. Depois de 1850, o cidadão português Manuel Ramos, pai do comerciante e intelectual Bernardo Ramos, traz de Belém a sua tipografia e começa com o jornal de pequeno porte "5 de Setembro", hebdomedário. Logo mudaria o nome para "Estrela do Amazonas", também semanal, que teve uma vida relativamente operosa em Manaus. Depois dele vieram o "Jornal do Rio Negro", e uma elite de periódicos, que proclamaram a capacidade intelectual do homem amazônico, pois começaram a surgir as notícias, os artigos, as colaborações de pensadores, de poetas, vividos então no anonimato, à carência de instrumentos de divulgação, garroteados pela política mesquinha da metrópole, que por sua vez nada tinha a oferecer.

Em vista da completa inatividade da colonização portuguesa na Amazônia, nós outros protestamos contra as solenidades com que os maus patriotas pretendem exaltar Portugal, esquecidos do que fora a péssima e inumana trajetória do colono, do soldado e do sacerdote na história documentada do descobrimento e ocupação deste trato sulamericano descoberto, isto sim, por Cristóvão Colombo, e colonizado pela Espanha capacitada. Pois, se colonização se entende a continuidade da cultura do povo metropolitano no território descoberto, o labrego analfabeto, transferido para o Brasil com a sua preguiça hereditária, não teve condições de injetar uma cultura que ele não possuía. ■

O autor é historiador e escritor

ÍNDIOS

'Invasão' trouxe dizimação

APÓS 500 ANOS DA 'INVASÃO' DO BRASIL POR CABRAL, MUITAS TRIBOS INDÍGENAS DESAPARECERAM

O País que Pedro Álvares Cabral invadiu em 22 de abril de 1500 não era uma terra desocupada, tanto que ele foi recebido, e bem, pelos anfitriões nas próprias praias de Porto Seguro (BA). Eram 3,5 milhões de índios espalhados pelo território brasileiro em 900 nações, divididos em cinco troncos linguísticos, que deram origem a 800 línguas diferentes. Desse universo inicial, só restam hoje 350 mil índios de 200 nações, que falam 176 línguas.

Não existem números precisos sobre a quantidade de tribos que habitavam o Amazonas há meio milênio, pois com o decorrer da história de massacres, muitas tribos que viviam aqui partiram para outras regiões e tribos que viviam em outras regiões imigraram para cá. Algumas tribos até desapareceram completamente, deixando pequenos rastros de sua existência colhidos ao longo dos anos por antropólogos.

Um caso clássico de tribo migrante é a dos Tupinambás, que habitavam regiões próximas ao litoral. Com a chegada dos europeus, eles foram perseguidos e, no início do século XVII, começaram uma grande migração em direção à Amazônia, onde se fixaram inicialmente na região de Parintins, posteriormente Manaus e finalmente subiram o rio Negro, onde hoje podem ser encontrados pequenos grupos remanescentes dessa grande nação indígena. "Eles nem existem mais, pois os que estão lá no alto rio Negro falam o Nhengatu (língua geral) e a cultura praticamente se perdeu", atesta o sociólogo Jorge Terena, 44. "No alto rio Negro também estão cerca de três mil tucanos que falam o Nhengatu e são remanescentes dessa migração vinda do litoral", completa Terena. Já os famosos Barés deixaram a região de Manaus e hoje suas malocas estão localizadas num ponto qual-



Euzivaldo Queiroz

RESISTÊNCIA

Os índios Waimiri-Atroari são exemplo de resistência e reorganização territorial e cultural

quer na fronteira com a Colômbia e a Venezuela.

Na lista das tribos que sumiram do mapa do Amazonas estão os Ariu e os Caracaré, dizimados pelos chamados descimentos comandados por "heróis" e "vultos" da nossa história, como é o caso de Pedro Teixeira. Os descimentos eram expedições organizadas pelos portugueses com o

intuito de aprisionar os índios para vendê-los como escravos.

Entre as tribos famosas que desapareceram do mapa estão os Tupiniquins, que viviam na região do Espírito Santo; os Carijós do Paraná; os Minuano e os Charruas, que habitavam o Rio Grande do Sul e deram origem ao Gaúcho dos Pampas; e também os Tabajaras da Paraíba.

João Pinduca Rodrigues



JORGE TERENA

Após a fase de extermínio, tem esperança

TRONCOS LINGUÍSTICOS

As nações indígenas brasileiras eram divididas em cinco troncos linguísticos: Aruak, Tupi, Guarani, Jê e Macro-Jê. No Amazonas, predominavam as tribos que falavam línguas derivadas do Aruak, como é o caso dos Dessana, Tucanos e Tarianos - habitantes do Alto Rio Negro. Dentre essas línguas mais faladas no Estado estavam o Pano e as Naua, como a Kaxinaua e a Lanaua.

Conforme o sociólogo Jorge Terena, uma das estratégias do "homem branco" para descaracterizar a cultura indígena foi forçar o desaparecimento das línguas nativas. "Os missionários criaram até o Nhengatu (língua geral), uma mistura de Tupi, Guarani e Português para que nossos povos deixassem de falar a língua original", conta.

Outra ação dos missionários que enfraqueceu a cultura indígena e acelerou o desaparecimento de muitas tribos foi, conforme Terena, a catequização. Ele lembra que os padres chegavam nas aldeias e falavam do Deus católico

e, como os índios acreditam num ser superior, foi muito fácil dizer que esse ser superior proibía as danças rituais, os cantos e o próprio uso da língua original. "Isso criou um conflito psicológico na cabeça do índio", acentua.

O poder do Deus católico diante dos deuses locais era demonstrado também com a tecnologia trazida pelo invasor. Terena lembra que, na época das Bandeiras, gente como o português Borba Gato chegava nas aldeias e tocava fogo numa bacia cheia de álcool para mostrar como o Deus católico era poderoso e capaz de acabar com as "águas" dadas por Tupã.

Conforme Terena, a luta dos índios hoje é

para o "homem branco" fazer a demarcação das terras indígenas, onde eles poderão viver em paz, criar um projeto de desenvolvimento e ocupar o território. "Não é esse desenvolvimento que o Governo prega, que vem de cima para baixo, mas sim algo pensado pela própria comunidade", explica Terena, que gosta da experiência de desenvolvimento existente na reserva Waimiri-Atroari, considerada um modelo de reserva indígena por muitos indigenistas. "O que aconteceu lá é inédito e bom, mas só questiono se eles estão realmente participando das discussões para a elaboração desse projeto", diz.

Sem esperar pelas ações dos "brancos", os índios brasileiros e os do Amazonas, em particular, resistem e hoje podem comemorar, após cinco séculos de exploração e genocídio, o aumento de sua população. Na reserva Waimiri-Atroari, por exemplo, eles saltaram de 370 no início dos anos 80 para cerca de 890 agora. "Só a resistência e a vontade de viver das nações é que estão possibilitando esse crescimento", avalia Jorge Terena.

NO AMAZONAS

Índios resistiram à conquista

Reprodução



RESISTÊNCIA Na ocupação da Amazônia, os índios que aqui viviam resistiram à colonização portuguesa

A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA AMAZÔNIA FOI MARCADA POR GUERRAS ENTRE BRANCOS E ÍNDIOS

ANA CÉLIA OSSAME

Quando o navegador Pedro Álvares Cabral chegou ao lugar que se chamaria posteriormente de Brasil, no ano de 1500, esta terra já era habitada, desde tempos imemoriais, por centenas de milhares de povos que se denominou indígenas. Na região amazônica não era diferente.

Conforme relato do professor Francisco Jorge dos Santos, do Departamento de História da Universidade do Amazonas (UA) e diretor do Museu Amazônico, a "história ocidental" começa a partir de 1616, quando os portugueses chegaram em Belém. Mas, ao contrário do que fazia crer a historiografia oficial, é uma história cheia de conflitos étnicos e culturais porque os índios, além de promoverem guerras tribais entre si, não se intimidaram com a chegada dos brancos e nem cederam com facilidade as terras e os bens naturais. Fizeram guerras durante os primeiros contatos, rebelaram-se nos aldeamentos, fugiram nos núcleos coloniais e, quando podiam, massacravam os brancos.

Autor do livro "Além da Conquista", fruto de sua dissertação de mestrado pela Universidade de São Paulo (USP), em 1995, Francisco Jorge estudou as guerras e rebeliões indígenas na Amazônia, na época do Marquês de Pombal (1757-1798), e comprovou aquilo que parecia objeto de lenda, mas que nunca chegou a ser considerado pelos historiadores.

Os índios no Amazonas não foram tão passivos com os portugueses. Houve guerras com os mura, mundurucus e rebeliões nas tribos dos rios Negro e Branco, além de outras nos rios Madeira e Tapajós. E os levantes indígenas, revela o professor, devem ser compreendidos como mecanismos de resistência à ocupação dos espaços territoriais indígenas, à disciplina colonial européia.

Francisco Jorge responde no livro questões fundamentais para a história dos índios na região. Em 1616, os portugueses fundaram uma fortaleza no lugar onde teve início a cidade de Belém, no Pará, numa investida comandada pelo capitão-mor Francisco Caldeira Castelo Branco. Ele partiu no dia 25 de dezembro de 1615 e chegou na cidade conhecida hoje como Belém no dia 12 de janeiro do ano seguinte. Nesta época, a Amazônia vinha sendo ocupada pelos ingleses e holandeses e a vinda dos colonizadores portugueses para a região foi necessária para garantia territorial. Portugal não tinha projeto para a

região, como já realizava em Pernambuco e Bahia, com o plantio de cana-de-açúcar.

Mas quando definiu um, optou pelo extrativismo florestal já que na área havia gêneros naturais aproveitáveis como cacau selvagem, canela do mato, cravo, salsaparrilha, urucum, anil, a madeira, a castanha-dopará, a piaçava e as sementes de andiroba, copaíba e produtos do reino animal. Foi assim que conseguiu concorrer com as especiarias da Índia e do Oriente, fornecendo aquelas que seriam chamadas de "drogas do sertão".

HISTÓRIAS DISTINTAS

De acordo com o professor Francisco Jorge, a Amazônia foi incorporada ao Império do Brasil em 1823, portanto, o Brasil e a Amazônia dos tempos coloniais possuem histórias distintas, quase sem vínculo entre si.

Antes de incorporação, a região se constituía numa unidade de colonização portuguesa independente do Brasil-colônia. Era o Estado do Grão Pará e Rio Negro, criado durante o Governo do marquês de Pombal, em 1772. O domínio lusitano era formado pelas capitânicas do Pará e do Rio Negro, que após a incorporação ao Brasil, foram transformadas em Províncias do Império. Só a Capitania do Rio Negro permaneceu subalterna ao Pará até 1850, quando se tornou Província do Amazonas.

Documentos provam violência

O professor Francisco Jorge afirma que o Amazonas nada tem para comemorar nessa "queima de fogos de artifício" pelos 500 anos de "descobrimento" do Brasil. Para ele, essa festa se constitui em mais um grande equívoco, tal como se faz quando se comemora o aniversário de Manaus, contado a partir de 1848, se em 1669 Francisco da Mota Falcão fundou a Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, que deu origem a Manaus.

A dispensa da festa sugerida por ele se deve primeiro à estranha "descoberta" de uma área extensamente povoada. Depois às guerras, massacres e escravidão feitas pelos colonizadores durante a ocupação da Amazônia, há milhares de anos habitadas pelos mura nos rios Madeira, Solimões e Amazonas; índios manaós, baré e tarumã no rio Negro; uapixana, paviana, saporá, atuariú, tapicari, no rio Branco e índios mundurucus, no rio Tapajós, entre outros.

A violência usada contra esses povos é comprovada em documentos como uma carta escrita pelo irmão do alferes Pedro Teixeira, Manuel Teixeira, no ano de 1654, em Belém do Grão-Pará, quando este registra o que denomina de "crueldade e grandes injustiças praticadas com os índios, com incêndios nas povoações causando a morte

de muitos milhares deles".

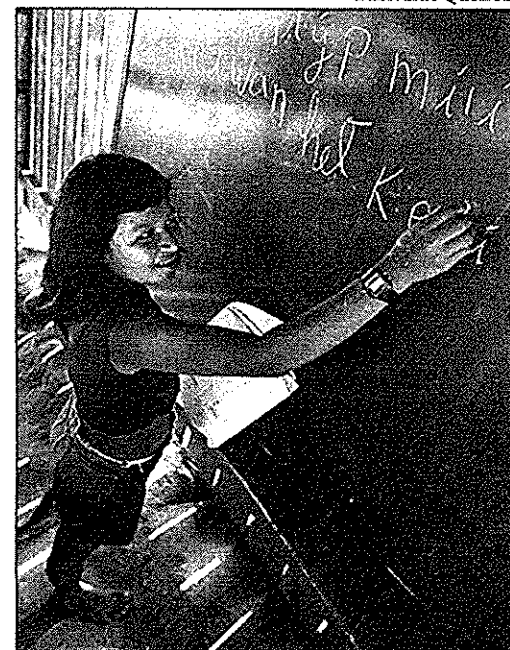
Manuel relata a falta de piedade e de causa para os massacres. "No espaço de 32 anos que se começou a conquistar este Estado, são extintos a trabalho e a ferro, segundo a conta dos que ouviram mais de dois milhões de índios de mais de 400 aldeias, ou para melhor dizer, cidades populosas", contou.

No livro "Além da Conquista", Francisco Jorge conta que a partir de 1616 a Amazônia foi penetrada, incessantemente, por sertanistas, colonos, religiosos, autoridades civis e militares que subiram e desceram os rios, contornaram cachoeiras e distanciaram-se do litoral.

A resistência dos índios nos vales dos rios Negro, Solimões e Amazonas foi notável. Relatos de estudiosos dão conta que eram construídas fortalezas para apoiar os missionários contra os ataques indígenas. Mas que estes resistiam com armas nas mãos a descer para os aldeamentos missionários.

No livro, cujo objetivo é resgatar os esquecidos da história, Francisco conclui que, se as sociedades tribais da Amazônia viviam em constante guerra entre si antes do descobrimento, tiveram que incluir os conquistadores depois. Mas que as guerras entre índios tribais e portugueses, que duraram

Euzivaldo Queiroz



ALDEIA SATERÉ

Uma das mais recentes conquistas dos índios é a educação na língua original

anos, acabaram na maioria das vezes em "tratados de paz" celebrados com o convencimento dos índios para deixarem as aldeias e morar nas vilas e lugares coloniais, sob o comando dos brancos.

Isso, no entanto, está longe de representar o fim das sociedades indígenas que, nas últimas décadas, têm demonstrado sinais cada vez mais fortes de reconquista dos direitos históricos, entre os quais o de ter uma educação diferenciada, resgatando a língua e a cultura nativa como fazem hoje índios das tribos uaimiri-atroari, sateré-maqué, ticuna e

ESCRAVIDÃO

Igreja usa ideologia para convencer índios

PARA ENTENDER A RAZÃO DE A IGREJA CATÓLICA HOJE PEDIR PERDÃO, É PRECISO RECONSTITUIR A HISTÓRIA

João Pinduca Rodrigues

TÂNIA BRANDÃO
ESPECIAL PARA A CRÍTICA

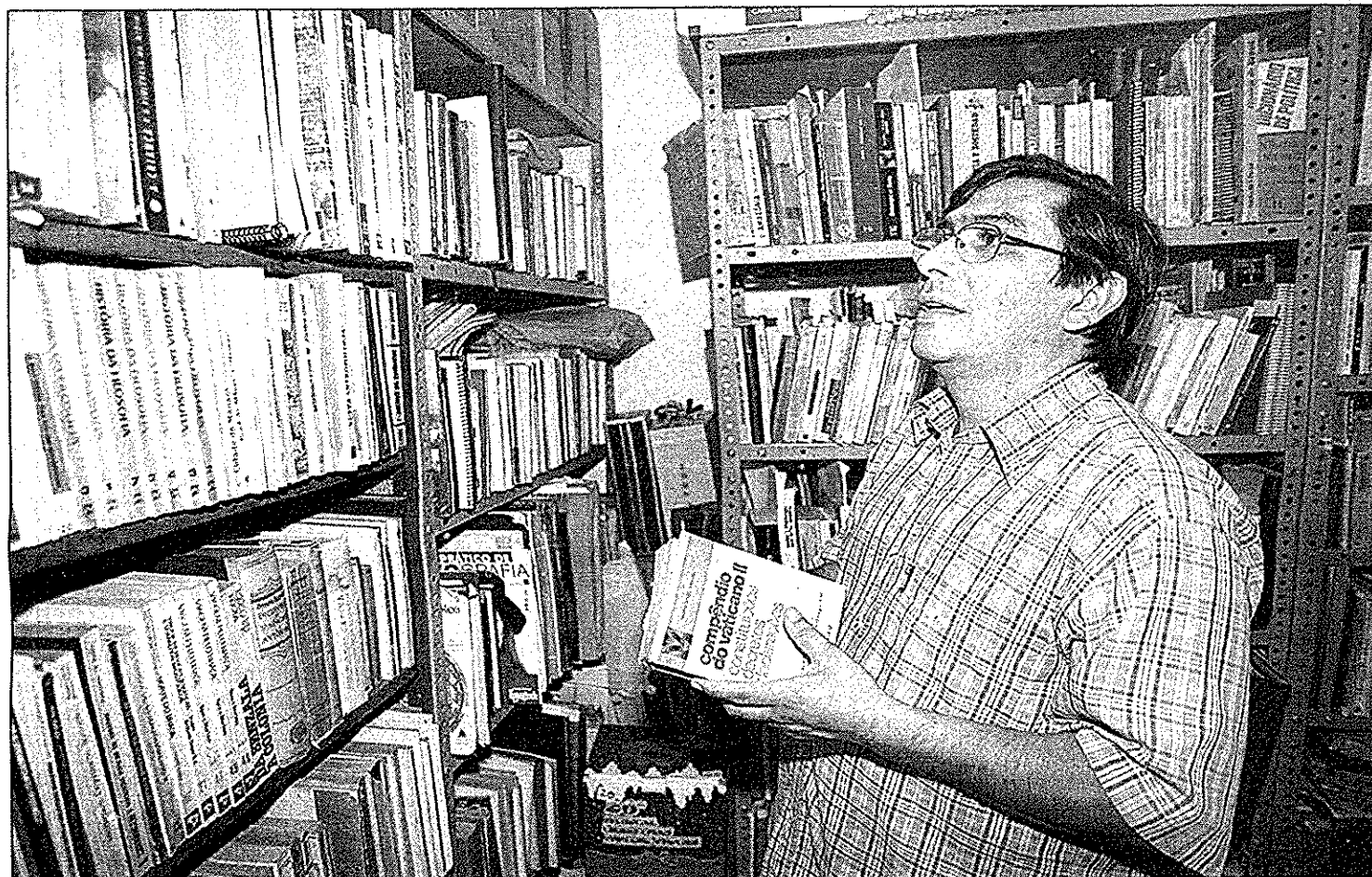
No momento em que o Estado brasileiro promove a celebração dos 500 anos do Brasil, a Igreja Católica, por meio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), divulga um documento denominado "Rumo ao Novo Milênio" que é, na verdade, um novo projeto de evangelização da Igreja para o Brasil. No documento, os bispos fazem uma avaliação da ação missionária e se penitenciam pelos males causados aos índios e negros, e ainda apontam perspectivas para novas práticas pastorais.

Para compreender a importância da atitude da Igreja Católica hoje, é preciso retroceder no tempo, e analisar a sua relação de vinculação ao processo de conquista das novas terras, realizado em nome do rei de Portugal.

A evangelização na Amazônia decorreu de um sistema chamado "padroado", no qual os missionários representavam o interesse de Portugal e encaminhavam toda a riqueza encontrada na região à Coroa. Nesse contexto, merecem destaque os jesuítas e principalmente os carmelitas, cuja presença mais constante foi nos rios Negro e Solimões.

IDEOLOGIA

A ação missionária foi um instrumento ideológico para convencer as populações indígenas a realizarem trabalho escravo. Os jesuítas detinham um enorme conhecimento sobre a cultura, a língua geral (Nheengatu), e mantinham contato direto com as populações indígenas, o que facilitou o trabalho de convencimento em nome da religião. A catequese, na verdade, era uma forma disfarçada de integrar os índios à estrutura do Estado, qualificando-os como escravos. Só para se ter uma ideia do poder dos missionários, toda vez que a metrópole portuguesa



HISTÓRIA Antropólogo Ademir Ramos faz uma retrospectiva da missão jesuíta junto aos índios da Amazônia

necessitava de braços para trabalhar em suas obras, solicitava aos missionários a liberação da mão de obra indígena. "No entanto, encontramos exemplos de situações nas quais os jesuítas não liberavam os índios para trabalhar porque foram estabelecendo solidariedade", informa o antropólogo e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Amazonas, Ademir Ramos.

As revoluções ocorridas na Europa do século XVII, (Iluminismo e Revolução Francesa), especialmente em 1755, fizeram Lisboa sofrer um verdadeiro terremoto em sua estrutura de poder. Iluminados por novas ideias, os portugueses partiram para a ocupação da Amazônia

Brasileira e ainda receberam uma espécie de incentivo fiscal do Governo português. "Um soldado português que se amiasse com uma índia estava isento de pagar o dízimo", exemplifica o professor Ademir Ramos.

À essa altura, os missionários que viviam na região amazônica já contavam com um império paralelo à Coroa, convertido na construção de igrejas, fazendas e colégios, passando a ameaçar a estrutura de poder do Estado. Coube ao Marquês de Pombal expulsá-los e contratar novos missionários totalmente comprometidos com os interesses políticos, sociais e econômicos de Portugal. Segundo Ademir Ramos, nessa fase foi registrado o maior número de

rebeliões indígenas no Rio Negro.

A estratégia que os carmelitas armaram para a prisão de Ajuricaba, na região de Barcelos, no Alto Rio Negro, enfraquecendo o movimento de resistência dos povos dessa região, é um dos maiores símbolos da nova política da catequese como instrumento de dominação.

"O quadro só vai mudar a partir do momento em que a economia mundial não requer mais as chamadas "drogas do sertão", para a felicidade dos índios que ainda restavam escondidos nas cabeceiras dos rios, em sociedades desestruturadas", lembra.

SINAL DE SABEDORIA
Para o antropólogo Ademir

Ramos, a Igreja Católica deixa de ser repressora, para se aliar aos povos indígenas, com a publicação do documento "Rumo ao Novo Milênio", elaborado pela CNBB. Segundo ele, essas mudanças representam sabedoria e sinal de maturidade. O documento, para Ramos, representa o respeito pela cultura, língua e modos de ver o mundo, de cada população indígena. "Esse documento me fez lembrar da carta pastoral do bispo do Amazonas Dom Frederico Costa, publicada em 1909. Em suas funções pastorais o bispo se empenhou em compreender as formas de vida dos povos indígenas. Um exemplo que as demais ordens missionárias deveriam seguir", diz.

MISSIONÁRIOS

Franciscanos foram os primeiros

A CATEQUESE NA AMAZÔNIA TEVE NOS FRADES DA ORDEM DOS FRANCISCANOS AS PRIMEIRAS MISSÕES

TÂNIA BRANDÃO
ESPECIAL PARA A CRÍTICA

Os primeiros representantes da Igreja na Amazônia foram os franciscanos e, assim como a ocupação militar, as missões foram realizadas por solicitação de Portugal, que teve na Igreja uma forte aliada no processo de expansão e ocupação do território.

Os franciscanos de Santo Antônio chegaram a Belém no dia 28 de julho de 1617. O grupo era formado pelos freis Antônio da Merciana, Cristóvão de São José, Sebastião do Rosário e Felipe de São Boa Ventura. No ano seguinte foram incumbidos de



FRANCISCANOS Ghirlandaio retratou os primeiros missionários da Amazônia

começar o trabalho de catequese (evangelização) dos índios.

“A ação missionária é indispensável neste Estado e ela deve estender-se por toda parte. (...) Se um capitão se encontra onde não há missionários, ele deve procurá-los e esta ação constará para receber honras militares”, indicava um documento provenien-

te da administração central do Estado português, datado de 1693.

O historiador Eduardo Hoor-naert afirma em seu artigo “A Amazônia e a cobiça dos europeus” que “os soldados com seus fortes, os comerciantes com suas feitorias e os padres com suas aldeias de índios”, foram as três instâncias que conquistaram a

área amazônica para o sistema mundial.

Em uma carta ao rei de Portugal, Frei Antônio da Merciana relata os constantes conflitos entre índios e brancos. “Por que essa revolta dos índios contra os brancos? Por causa das provocações contínuas de soldados e outros brancos. Desde a nossa chegada esses índios foram sempre molestados”, escreveu ele.

A atitude do religioso, um dos primeiros a sair em defesa dos habitantes da Amazônia, é exemplo da ambigüidade do caráter das obras religiosas: embora a vontade dos missionários, enquanto indivíduos, freqüentemente pendesse a favor dos índios, a estabilidade das ordens religiosas sugeria a aliança com os poderosos do sistema.

Nheengatu: o esperantu indígena

Embora tenha evitado os excessos de violência dos colonos leigos na exploração da mão de obra indígena, a Igreja Católica também praticou violência, só que de forma sutil, com a imposição do Nheengatu, língua construída pelos missionários a partir do tronco tupi, e utilizada como idioma geral para todos os povos que habitavam a Amazônia. O objetivo era facilitar a evangelização, com a criação de uma espécie de “esperantu indígena”, esta última montada com declarações latinas para facilitar a comunicação entre povos dos mais diferentes troncos linguísticos.

Para os índios da Amazônia isso representou um profundo corte cultural, porque à excessão dos omáguas, as línguas dos povos da Amazônia, não pertenciam ao tronco tupi, mas sim ao tronco linguístico Arauk.

A introdução do Tupi, portanto, causou uma brusca ruptura na tradição oral que se praticava dentro dos grupos. “É como se nós, que somos do grupo de línguas latinas, de repente fôssemos obrigados a falar eslavo”, exemplifica o historiador e coordenador do Departamento de História da Universidade do Amazonas, Luiz Bitton Telles da Rocha.

No rio Negro e em toda a Amazônia, o Nheengatu se impôs, e com o rompimento da língua de cada povo, houve a substituição dos valores culturais, repassados dos mais velhos para os mais novos. “As pessoas idosas têm muita dificuldade em falar uma nova língua, embora até entendam o que o outro esteja dizendo. Isso pode ser percebido nos países que recebem imigrantes”. Com isso, criou-se um hiato entre as gerações mais velhas e as gerações mais novas. “A igreja teve uma capacidade de domínio incrível através da religião, passando a ser interlocutora entre os colonos leigos, que não sabiam o Nheengatu, e as populações indígenas”, diz o historiador.

Com esse poder concentrado nas mãos, os missionários passaram a impor seus valores religiosos, conclui.

Índia baré defende e acusa

A Coordenadora de Assuntos Indígenas da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a índia baré Celina Cadena da Silva, 53, teve oportunidade de ler catecismos traduzidos do Português para o Nheengatu, e acredita que aquela foi a melhor forma que os missionários encontraram para evangelizar os índios. “Os jesuítas achavam que o que era falado por um grupo era semelhante a outro, e por isso criaram o Nheengatu, para explicar melhor a religião”.

Em sua opinião, mesmo com a perda de valores culturais, a introdução do novo idioma foi positiva porque os povos indígenas puderam ser bilingües. No entanto, ela faz uma crítica à imposição de novos valores religiosos, impostos pelos missionários, que negam o rico universo sobrenatural dos povos indígenas. “Eu conheço as duas religiões, mas não consigo compreender esse Deus que tentam



ENTENDIMENTO Celina Cadena diz que há pontos negativos e positivos

colocar na nossa cabeça. Nós já tínhamos os nossos deuses”.

Celina Cadena diz que os mesmos elementos que compõem uma missa, estão presentes nos rituais indígenas. “Assim como você entra na igreja e se confessa

para receber a comunhão, nós também temos o nosso ritual de purificação e até podemos falar com o espírito que vai nos dizer o que acontecerá no futuro”, afirma. A pacífica convivência com a “Mãe Terra”, que tudo faz pelos

seus filhos através do solo, dos astros e da água, não deve ser criticada e nem retirada das tradições indígenas, diz.

A coordenadora da Coiab ressalta que algumas missões cumprem um papel importante em relação aos índios, porque geralmente onde existe um grupo de religiosos, não há sinal de alcoolismo entre os índios, um problema sério que a a civilização ocidental causou a eles.

Ela aconselha delicadeza e um extenso trabalho de conscientização aos índios sobre os riscos das bebidas alcólicas. Mas nenhuma seita religiosa, em sua opinião, deve proibi-los de fazer seus rituais. “A partir do momento em que entendermos os dois lados (cultura indígena e cultura ocidental), iremos perceber que temos o mesmo Deus, só que ele recebe nomes diferentes em cada grupo”.

Luiz Vasconcelos

AMAZÔNIA

Marca mundial registrada

MUITO SE FALA DA GRANDIOSIDADE DA AMAZÔNIA E DE SUAS POTENCIALIDADES, MAS POUCOS A CONHECEM

LÚCIA CARLA GAMA

Quinhentos anos depois a Amazônia ainda precisa ser descoberta pelos brasileiros para que seja estabelecida a relação de admiração e respeito em geral existente entre partes que se amam. Tida como um ícone do Brasil, muitas vezes maior que personalidades como Pelé e Ayrton Senna, a região desperta curiosidades e paixões pelo mundo afora, mas está longe de ter aqui dentro o reconhecimento que expressa sua grandiosidade.

"Infelizmente o interesse que o brasileiro tem em relação as pessoas que fazem parte da história do País, e são um nome forte no mundo, não é o mesmo quando se fala de Amazônia. Ainda se sabe pouco sobre ela e o que se percebe é que o interesse surge de dentro para fora", afirma o pesquisador e professor da Universidade do Amazonas, Frederico Arruda.

Reconhecendo a Amazônia como mais necessária ao Brasil do que o Brasil à Amazônia, o professor, que já travou muitas lutas contra a exploração irracional dos recursos naturais locais, afirma que há um interesse mundial crescente voltado para esta região e tudo o que vem dela. "O mundo está de olho na Amazônia e todos conhecem a região pelo menos de ter ouvido falar. Não há dúvidas de que está é uma marca que chama atenção e vende".

E se o interesse mundial é pela diversidade biológica existente na região, quando se fala de Amazônia no Brasil, Arruda acredita que ainda há muito desconhecimento e um ufanismo que beira ao ridículo. "O que mais se ouve falar é que

temos o melhor e o maior na Amazônia, mas se alguém for pedir maiores detalhes vai descobrir que de fato se conhece muito pouco", afirma o professor, comparando a relação que os brasileiros têm com a Amazônia como a que têm com uma nave espacial. "De ouvir falar se sabe muito, de informações técnicas não se tem nada".

Esta falta de conhecimento é preocupante, segundo o pesquisador, porque a deixa vulnerável. "Sem conhecer é difícil defender e entender todo o processo necessário para que esta defesa seja feita de maneira que apresente resultados".

E o professor critica, por exemplo, quem assume a postura de que é necessário destruir porque os países desenvolvidos destruíram a natureza que tinham em seus domínios para promover o desenvolvimento econômico. "Eles desenvolveram porque investiram em educação e não porque destruíram a mata que tinham. Enquanto não entendermos isso não conseguiremos compreender a grandiosidade, a dádiva que é a Amazônia".

Arruda avalia que tudo ainda está tão embrionário na Amazônia que os investimentos em setores que certamente renderiam lucros ainda são inexpressivos. "O ecoturismo pode trazer riquezas, mas falo de se criar um programa de ecoturismo e não trabalhar com projetos pontuais, como se estivessem soltos", afirma.

Mas nem tudo parece perdido e o professor reconhece que nos últimos quatro ou cinco anos houve uma grande evolução em projetos voltados para o melhor conhecimento da Amazônia. "Estamos evoluindo, mas ainda falta muito. Se tiver acesso à educação a própria população vai cobrar mais e, a partir disso, terá condições de argumentar melhor e defender propostas que relamente beneficiem e divulguem a Amazônia como

de fato deve ser



AMAZÔNIA

Região desperta um interesse mundial crescente, com fatores positivos e negativos

Quem faz a popularidade

Moreno, estatura mediana, cabelos e olhos escuros. O piloto Antonio Pizzonia poderia muito bem passar como um brasileiro qualquer entre tantos outros que vivem na Inglaterra. Seria, sem dúvida, reconhecido pelo seu talento, e passaria a ser mais um filho do Brasil brilhando em terras estrangeiras. Tudo dentro da mais pura e previsível normalidade não fosse por um detalhe: Pizzonia chegou a Inglaterra vindo da Amazônia e a partir dessa informação passou a ser chamado de Garoto da Selva (*Jungle boy*, em inglês).

O apelido agrada e envaidece o piloto que descobriu, fora do Brasil, a força que o nome Amazônia tem. "Quem fica sabendo que sou do Amazonas chega perto e faz muitas perguntas. Querem saber tudo: da mata, dos rios, dos animais. Querem detalhes da vida dos índios que habitam parte da região. Tem gente que tem muita informação, outros sabem pouco mas, de maneira geral, todos perguntam", conta o amazonense.

A mídia européia também chama o piloto de Garoto da Selva. Pizzonia não vê nisso nenhum tipo de preconceito. "É o meu dife-

rencial. Se fosse de qualquer outro lugar do Brasil seria tratado apenas como brasileiro, como foi o caso do Senna e de todos os outros pilotos que já passaram e estão fora do Brasil. Isso é uma prova de que a Amazônia é um nome forte, reconhecido em todo lugar. A impressão que tenho é que as pessoas criaram um novo fato: há um piloto que é da Amazônia. E ele é brasileiro porque a Amazônia fica no Brasil".

Quando foi correr na Nova Zelândia, há dois anos, Pizzonia também teve provas do quanto o nome Amazônia é reconhecido. "Encontrei uma pessoa, que ao saber de onde eu era, fez as mais variadas perguntas possíveis. É incrível como eles gostam da Amazônia e têm sentimentos muito bons em relação a ela mesmo estando tão longe e, algumas vezes, não tendo visto nenhuma foto sequer".

No carro de Pizzonia há a frase "Visite o Estado do Amazonas". Isso, segundo o piloto, desperta a atenção de muita gente que o procura para saber mais sobre a região.

INTERNET

O nome Amazônia, há quem

diga, só perde em popularidade para a Coca-Cola, pode ser medida através da Internet. De acordo com o produtor de páginas para Internet e títulos multimídia Ricardo Umpierra, 35, chega a impressionar o número de e-mails (mensagens eletrônicas) recebidos pela empresa dele, a Opera House, querendo saber mais sobre a Amazônia.

"Temos uma página na Internet sobre o Festival de Parintins, que está diretamente ligado a esta questão da mística amazônica, e as pessoas se interessam muito por isso. Lêem, se interessam e começam a perguntar", afirma.

Ele não quis informar quantos e-mails recebe por mês por ser um dado sigiloso da empresa, mas afirma que responde questões sobre o modo de vida local, a imensidão dos rios, a beleza da floresta.

"Não tenho dúvidas de que a Amazônia é de interesse mundial e pelas mais diversas razões. Precisamos nos informar cada vez mais para podermos saber o suficiente a fim de repassar dados corretos e que chamem a atenção para este paraíso que existe aqui".

ADVERTÊNCIA

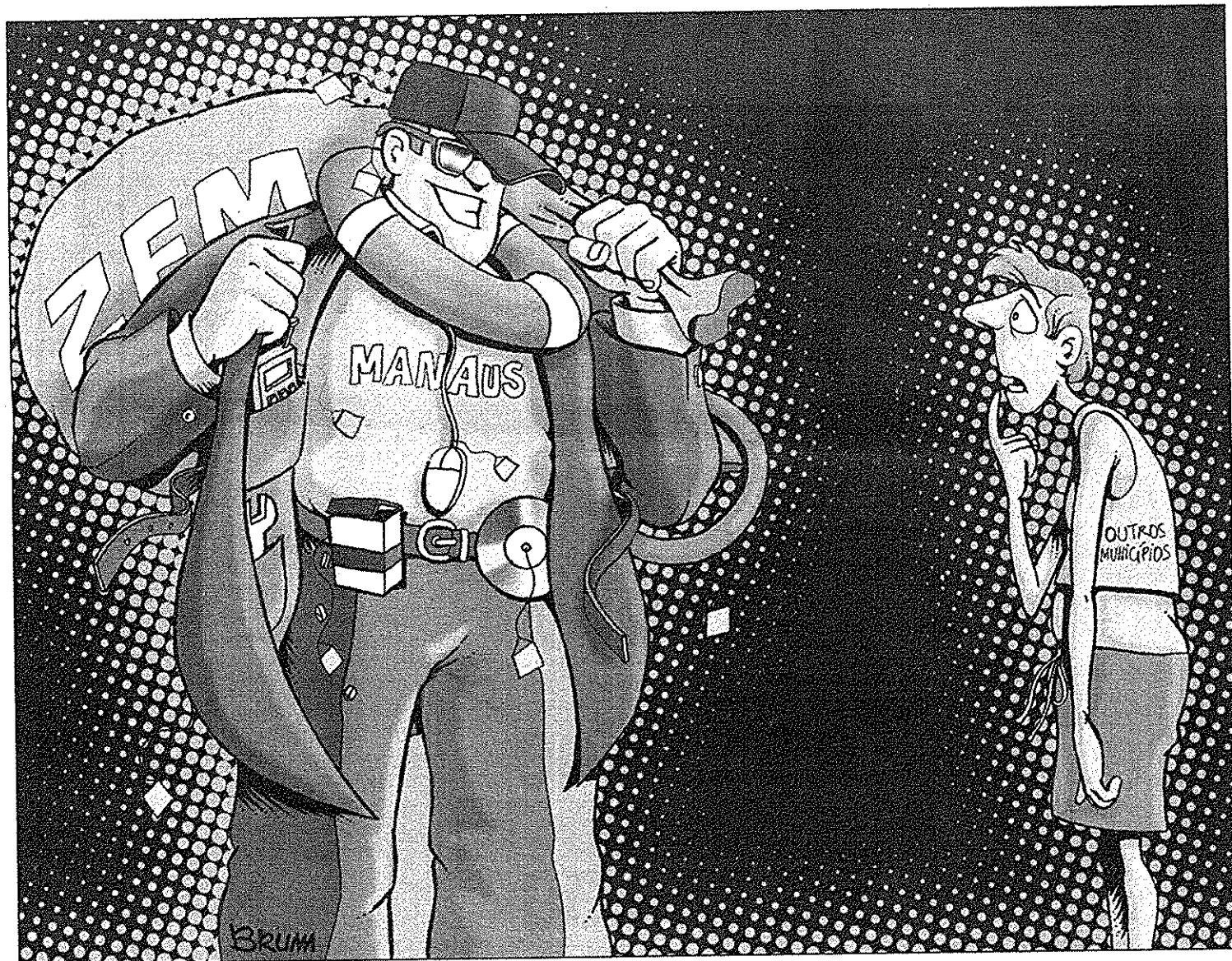
Desigualdade entre capital e interior prenuncia caos

**ENQUANTO MANAUS
CONCENTRA A MAIOR
DISTRIBUIÇÃO DA RENDA,
O INTERIOR ESPERA SER
DESCOBERTO**

IVÂNIA VIEIRA

Se Manaus não se dispuser a um ato de sacrifício para descentralizar recursos, todo o Estado caminhará rumo ao caos em um prazo muito curto. A advertência é do presidente da Associação Amazonense dos Municípios (AAM), Pedro Falabella, 58, um dos conhecedores da realidade no interior do Amazonas. Prefeito de Uruará (a 259 quilômetros de Manaus), em seu terceiro mandato, Falabella não faz projeções gratuitas, diz que na mesma balança onde são colocados os bons resultados que Manaus experimentou com a implantação da Zona Franca, é preciso incluir os efeitos desagregadores do modelo para o interior, que paga um alto preço pelo progresso da capital.

“Estamos diante de um paradoxo”, compara, citando as diferenças gritantes que a capital sustenta em relação aos demais municípios. São questões básicas da vida em qualquer lugar decente do mundo, tais como, acesso à água em condições de consumo, à escola, assistência médica adequada, serviço de energia elétrica, de telefonia e meios de transporte funcionais. Estes são itens distantes da maioria das populações do interior do Amazonas e quem os têm, sabe a precariedade como funcionam. “O irônico é que somos sempre os maiores. Donos do maior rio, do maior Estado, da maior floresta, mas pequenos



nas respostas para mudar esse correlação cruel que se criou no Amazonas”, complementa Pedro Falabella. “Como gestores da coisa pública, não tivemos a capacidade de criar alternativas”, reconhece.

O mesmo Estado que, antes da ZFM, recorreu à juta e principalmente à borracha para garantir sua economia e manter-se em evidência, encontra-se, na opinião do presidente da AAM, refém absoluto do pólo industrial instalado em 1967,

na capital, e completamente distanciado dos demais municípios. Para Falabella, a legislação que permitiu a Manaus assumir aspectos de modernidade é profundamente injusta porque teve como preocupação concentrar recursos na cidade acelerando o processo de desigualdade que o Amazonas hoje enfrenta.

“Há pouco tempo, quando tentamos mudar as regras do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

(ICMS), nos deparamos com um fato: Manaus seria, de novo, a maior beneficiada com a mudança”, diz o prefeito.

SENSIBILIZAÇÃO – A Associação Amazonense dos Municípios está buscando, de acordo com o seu presidente, reunir elementos que sensibilizem os administradores municipais, os legisladores, as instituições de pesquisa e demais setores organizados da sociedade a se reunirem em torno de discussões amplas

sobre a relação Manaus/interior do Estado. “Este é um desafio que está posto para todos nós. Temos que ter disposição e humildade para enfrentá-lo e evitar que Manaus se transforme numa megalópole e o interior do Amazonas num imenso deserto”, entende Falabella, que também reconhece a dificuldade para transpor as barreiras historicamente erguidas nesta área e construir um novo projeto estadual.

Municípios ficam com menor fatia

A legislação questionada pelo presidente da AAM, Pedro Falabella, garante a Manaus abocanhar 16,25% do ICMS. Nos últimos três anos, a média desse volume de recursos tem se mantido em R\$ 192 milhões/ano, o que corresponde a R\$ 16 milhões/mês.

O secretário de Economia e Finanças da Prefeitura de Manaus, Aluisio Braga, diz que se a lei deste imposto fosse cumprida "ao pé da letra" a concentração exercida pela cidade seria maior. "O município nunca brigou por isso porque reconhece que há uma

anomalia de perversos efeitos sociais, mas sabemos que uma lei estadual não pode alterar critérios definidos em lei complementar, como ocorreu no Amazonas".

A Constituição Federal determina que 25% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias deve ser dividido entre os municípios e remete essa divisão para a lei complementar que, por sua vez, diz que 60% dos 25% tem que ser distribuído de acordo com o valor agregado (ou seja, as operações realizadas), de cada município e

o restante segundo o que dispuser lei estadual. No final do Governo Vivaldo Frota, em 1989, foi aprovada uma lei estadual estabelecendo critérios para essa divisão, entre eles estão o populacional e o territorial. Com feições de capital-Estado, Manaus tem a fatia mais generosa do bolo.

De acordo com o balanço da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), a capital respondia por 98,4% do que foi arrecadado em 1998. O balanço do ano passado, que deve publicado ainda este mês, repetirá os números que sintetizam o

peso da concentração.

Braga é um dos que vê com preocupação a radiografia da economia estadual. Cita que Manaus, Coari e Presidente Figueiredo respondem hoje por 99,5% da atividade econômica no Amazonas. "Estamos lidando com disparidades gigantescas", avalia.

Ele estima que nos últimos três anos a zona periférica de Manaus deve ter recebido 30 mil novos domicílios e cerca de 150 mil pessoas. "Essa onda gera uma demanda de serviços enorme e muito complicada", explica.

Apesar do quadro preocupante, o secretário não é um pessimista. Chega até a ser otimista, consegue até ver melhorias no interior. "Percebemos que várias administrações municipais estão se esforçando para criar alternativas em sua cidades e reduzir o grau de dependência; há projetos estaduais que se somam a esses e que vão dar respostas positivas, como ocorre com Coari e Presidente Figueiredo. As novas exigências estão empurrando à busca de alternativas e estas existem, só precisam ser viabilizadas".

O BALANÇO DA ASSOCIAÇÃO AMAZONENSE DOS MUNICÍPIOS

A CRÍTICA SOLICITOU AO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO AMAZONENSE DOS MUNICÍPIOS QUE AVALIASSE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS BÁSICOS QUE OS MUNICÍPIOS DISPÕEM HOJE. VEJA A SEGUIR O QUE FOI DITO SOBRE CADA UM DELES:



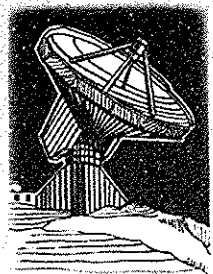
ÁGUA TRATADA

- A maioria das sedes municipais tem água encanada, embora algumas enfrentem problemas frequentes de racionamento. Nas comunidades rurais não tem. Defendemos a organização dessas comunidades para que possam avançar nas suas conquistas. É preciso se agregarem, se adensarem;



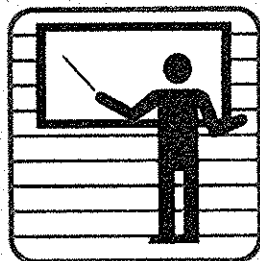
ENERGIA ELÉTRICA

- A situação é crítica. O parque energético está deteriorado. Somente agora, num esforço enorme do Governo Estadual, alguns municípios estão recebendo motores que estão ajudando a minimizar o problema nesta área;



TELEFONIA

- É difícil até definir de tão deficiente que é esse serviço. Algumas prefeituras alegam problemas na prestação de contas por não poderem dispor de uma cobertura mais efetiva nesta área. É incrível, no interior, quando você precisa de um telefone, de um tele-fax, o sistema está em pane. Há comunidades rurais que têm até 14 aparelhos para atender a demanda da comunidade, mas nenhum deles funciona. É algo vergonhoso;



EDUCAÇÃO

- Houve avanços significativos. Se conseguirmos disciplinar cada vez mais os recursos do Fundef avançaremos mais ainda. Problemas? Existem e muitos, mas é mais de adaptação às novas exigências, motivados pela falta de informação, do que por desonestidade. No balanço geral, a maioria aplicou bem a verba desse fundo, os casos de corrupção são em número menor e estão sendo expostos à sociedade;



SAÚDE

- Está muito difícil. É preciso urgentemente redirecionar ações para esta área. Nos deparamos com uma deficiência que é crônica. Se municipalizar, as coisas melhoram. O Governo tem que compreender que existem prefeitos sérios e que é no município que o cidadão vive, então é neste espaço, acima de tudo, que o sistema tem que funcionar com eficiência

Abastecimento de água ainda é muito precário

O presidente da Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama), Frank Abraham Lima, não esconde o jogo. Afirma que no interior do Estado, o sistema de "um modo geral" é precário, consequência de longos períodos sem investimentos. Lima garante que o Governo atual, com a privatização da Manaus Saneamento, subsidiária da Cosama, vai investir pesado no interior. "Aliás, já começou", afirma citando os municípios de Fonte Boa, Codajás e Tefé dentro de um grupo de sete onde os serviços para melhoria do abastecimento de água começam a ser feitos.

A Cosama é responsável apenas pelas sedes municipais. O abastecimento de água nas comunidades rurais é de responsabilidade das prefeituras. "Não sei como está a situação nessas comunidades", desculpou-se Lima ao ser questionado sobre a qualidade desse serviço naquelas áreas. São 45 municípios atendidos hoje pela companhia.

BOI-BUMBÁ

Amazônia exporta sua cultura

AMAZONAS COMEÇA A RESGATAR SUA DÍVIDA COM A CULTURA, COM A EXPORTAÇÃO DO 'BOI' COMO PRODUTO TURÍSTICO

BETSY BELL

Passados 500 anos de uma história de violenta opressão cultural, a população amazônica tem uma dívida de resgate e reforço da identidade ao evento conhecido como Festival Folclórico de Parintins, capaz de exaltar o meio-ambiente, a maneira de ser do caboclo e do índio, antes desprezados até mesmo pelos próprios amazônidas.

Segundo a antropóloga Maria Laura Cavalcanti, especialista em cultura popular brasileira contemporânea pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, o boi-bumbá de Parintins é, hoje, "o canal de expressão da cultura do Amazonas"; um atrativo poderoso para alavancar o turismo e outras formas de cultura, nessa transformação do 'boi' como um produto regional de exportação. Cavalcanti é uma das pesquisadoras que participa da exposição "Ritual Amazônico", em cartaz na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York (EUA), na qual contou, na abertura, no último dia 18, com a presença do secretário geral da ONU, Kofi Annan, rendendo maté-



Ricardo Olivera

PARINTINS Nos dias de festival, a ilha de Parintins recebe milhares de turistas

rias jornalísticas, inclusive, para o programa Manhattan Connection, veiculado pela Globo News.

As palavras da pesquisadora, realmente, não são em vão. Foi com a fama do evento do boi-bumbá de Parintins que a população do Amazonas se impôs no mapa cultural do País, começou a ter orgulho e assumir a identidade cabocla e não se envergonha mais de pintar a cara, nem de se vestir de índio. Mesmo com um Festival Folclórico emoldurado pela cultura de massa, o povo amazonense aprendeu a ter atitude, reconhecer e

mostrar o que sabe fazer melhor. E as artes não são poucas; assim como não são poucas as ações, guiadas ou não pelo poder público, que começam a acontecer para que tudo isso seja cada vez mais divulgado.

Filha natural do Município de Parintins (a 325 quilômetros de Manaus), a cultura do boi-bumbá vem se espalhando, por exemplo, por outros municípios do Estado. São festas do interior que reforçam a questão da luta do índio, das lendas e vida dos caboclos. Tudo formatado dentro da disputa de dois

rivais. Como em Parintins brigam na arena os bois Garantido e Caprichoso, em Fonte Boa (a 680 quilômetros de Manaus) existem os bois Tira-Prosa e Corajoso. Em Tabatinga (a 1.105 quilômetros de Manaus), são os bumbás Rei do Campo e Carinhoso que fazem um festival e, em Barcelos (a 396 quilômetros de Manaus) - capital do peixe ornamental -, a idéia foi remontar a festa para a disputa de dois peixes, o Cardinal e o Acará Disco. Enfim, são reproduções de um produto que dá cada vez mais certo.

Para modernizar ainda mais o produto boi-bumbá, sites foram criados na Internet, mostrando a história e o próprio evento de Parintins, que já vem se espalhando por Manaus, com o funcionamento dos "currais dos bois" (ensaios dos bumbás que acontecem às sextas e sábados, no Centro de Convenções da cidade). Tanto a [page do Estado](http://www.amazonasturismo.com.br) (entre eles, www.amazonasturismo.com.br), como a do Município de Manaus (www.manaustur.com.br) e do próprio Festival (www.parintins.com) falam da festa do boi como cartão postal e, claro, como atração turística do Amazonas.

Não é para menos que operadoras de turismo do mundo inteiro têm contactado com agências locais para intercâmbios. O mais recente inclui Parintins na rota de cruzeiros marítimos internacionais. São transatlânticos que aportam na Ilha Tupinambarana para assistir a uma performance do que acontece no Festival Folclórico daquela ilha. O show é montado na Cidade Garantido (o curral do boi Garantido em Parintins), com artistas caracterizados com os itens da festa, além de apresentações de rituais indígenas. Enfim, é uma festa para o turista ver e eles saem maravilhados com todo o exotismo. Somente neste ano, mais de 12 navios passaram por Parintins como o Explorer, Lelevant e Arcadia. No último dia 21, foi a vez do Karonia.



Carnaboi, feiras, exposições

A cultura do 'boi' se tornou tão forte e necessária que ela acaba ocupando e transformando outras manifestações culturais. É o caso do Carnaval, que este ano passou a contar com um evento chamado de "Carna-Boi". A festa foi um sucesso reunindo participação de mais de 100 mil pessoas. O "Carna-Boi" é o Carnaval no ritmo das toadas do boi. Na verdade é a mesma idéia criada para comemorar o aniversário de Manaus, no mês de outubro, que se chama "Boi Manaus".

No entanto, sendo "CarnaBoi" ou "Boi Manaus", os dois já estão fixos no calendário de eventos da cidade como produtos de turismo.

Para intensificar esse trabalho, a Secretaria Estadual de Cultura, Turismo e Desporto vem promovendo eventos correlatos ao Festival Folclórico de Parintins, com o objetivo de vender cada vez mais o produto 'boi'. O secretário Roberio Braga diz que o Governo do Estado vem apostando no 'boi' e torce para que a festa sirva para chamar a atenção para outras manifestações culturais como o

Festival de Operas, produção literária local ou artes plásticas." O 'boi', portanto, é o nosso traço regional que o mundo reconhece e ele é importante para a valorização de nossas culturas", afirma.

Com o 'boi', o secretário vem patrocinando e realizando exposições sobre o tema como a que acontece em Nova York. A exposição "Ritual Amazônico", por exemplo, ainda vai render um livro, mas antes vai viajar por mais 16 estados americanos e europeus. Ela estará em Washington, capital dos Estados Unidos,

no dia 2 de junho, depois está programado para acontecer na Itália e Chile. "Ritual Amazônico" estará em Parintins, durante o Festival. "O importante é que nesses eventos, procuramos distribuir material impresso, fitas de vídeo sobre a festa e até fitas que ensinam o bailado do boi-bumbá. Mesmo assim, a estrada ainda é longa. O Amazonas como turismo é difícil porque temos isolamento geográfico e pouca quantidade de yôos, mas o 'boi' é um ótimo produto, o nosso diferencial", diz Roberio Braga.

VENCENDO DESAFIOS

O cinema descobre a Amazônia

**A AMAZÔNIA
TEM SIDO
PROCURADA PARA
EMPRESTAR BELOS
CENÁRIOS NATURAIS
PARA PRODUÇÕES**

LUIZ OTÁVIO MARTINS

Uma das (poucas) referências que o cinema mundial faz ao Brasil costuma dirigir a atenção do público para lugares como o Rio de Janeiro. Nada mais natural. Afinal, a cidade maravilhosa é uma grande referência no mundo inteiro, graças ao Carnaval e outros atrativos. Mas, é comum ver o Rio reduzido a um abrigo para ladrões que querem se dar bem longe da Justiça de seus países (algumas provas sutis estão em "Um Peixe Chamado Wanda" e "Procura-se Susan Desesperadamente").

Felizmente, a Amazônia experimentou um pouco mais de sorte ao aparecer para o mundo na tela de cinema, pois tem sido procurada para emprestar seus belos cenários naturais para produções que, de certa forma, sem querer, dão à floresta amazônica um status invejável de coadjuvante. E que coadjuvante! Exemplos de filmes das mais variadas nações que utilizaram locações na região amazônica não faltam: "A Missão" (Inglaterra); "A Selva" (Brasil), do escritor Márcio Souza; "Le Jaguar" (França) e o fiasco "Anaconda" (Estados Unidos).

Descontando suas falhas históricas, a produção alemã "Aguirre - A Cólera dos Deuses" ("Aguirre, Der Zorn Gottes", 72), de Werner Herzog, é um belo espetáculo para quem admira o cinema de arte. O clima desconfortável e insano conferido à saga do espanhol Francisco Pizarro (Klaus Kinski) em sua viagem de 1560 em busca do lendário El Dorado, na Amazônia, é acentuado pela claustrofóbica exuberância da mata. Ambição e insanidade são os temas centrais da obra, filmada em locações da área peruana da floresta amazônica. Uma das histórias mais famosas sobre seus bastidores fala de um episódio quando o tempera-

mental Kinski, decidido a abandonar as filmagens - cheias de dificuldades - no meio do caminho, foi convencido por Herzog a continuar quando este lhe apontou uma arma na cabeça.

Herzog e um obcecado Klaus Kinski voltariam a se unir em terreno amazônico em "Fitzcarraldo" (idem, 82). Ambientado no início do século 20, mostra a ambição de um homem em apresentar uma ópera num teatro construído em plena selva. Na época em que esteve produzindo o filme na região, por volta de 1978, o cineasta Werner Herzog apresentou uma série de conferências numa semana dedicada aos seus filmes, no extinto Cinema 2.

CATEQUIZAÇÃO

Nos anos 80, duas boas produções souberam aproveitar bem o cenário verde da porção paraense da Amazônia. "A Floresta de Esmeraldas" ("The Emerald Forest", 85), de John Boorman, mostra o homem em choque com o meio ambiente. A construção de uma represa é o motivo do conflito entre uma tribo amazônica e um engenheiro norte-americano, que tem seu filho raptado pelos índios. Já "A Missão" ("The Mission", 86), abordou um tema bastante conhecido: a pregação do Cristianismo entre índios. No elenco, Roberto De Niro e Jeremy Irons, e na trilha sonora, Ennio Morricone. A beleza de "A Missão" conferiu ao filme de Roland Joffé a Palma de Ouro no Festival de Cannes e o Oscar de melhor fotografia. Produção à altura da exuberância da mata verde.

Em 91, "Brincando nos Campos do Senhor" ("Play at the Fields of the Lord"), de Hector Babenco, também com locações em Belém, voltou a explorar o tema de missionários em jornada de catequizar índios. No ano seguinte, mais uma equipe estrangeira foi mobilizada para o Amazonas, trazendo inclusive Sean Connery, para estrelar "Medicine Man - O Curandeiro da Selva" ("Medicine Man").

PIONEIRO

E não é de hoje que estrangeiros interessam-se pela região amazônica. O pioneiro do cinema nacional foi o português Silvino



'O CINEASTA DA SELVA'

Cena em que Aurélio Michiles dirige José de Abreu

Santos (1886-1970), que deixou uma obra apaixonada sobre a região amazônica. Um pouco da vida dele pode ser conferida em "Silvino Santos - O Cineasta da Selva" (97), primeiro longa-metragem de Aurélio Michiles. Foram quatro anos pesquisando e roteirizando o material sobre Silvino, interpretado no filme pelo ator José de Abreu. Em "O Cineasta da Selva", um pouco da Amazônia e de Silvino Santos pode ser visto em 70% de filmagens originais e 30% de gravações realizadas por Michiles e sua equipe.

Em 9 longas e 57 curtas-metragem, Silvino documentou a Amazônia da época do Ciclo da Borracha, deixando um inigualável e rico acervo de imagens. Um de seus filmes mais célebres é "No País das Amazonas" (22), o primeiro longa rodado inteiramente no Amazonas, em 16 milímetros.

LENDAS

Se o Japão mostrou ao mundo o lagartão Godzilla e o cinema americano encheu as telas do mundo inteiro com alienígenas e dinossauros, por que não oferecer a riqueza de lendas que a Amazônia possui, como mapinguaris, boitatás e curupi-

ras, para brasileiro e gringo ver?

Uma das mais célebres lendas amazônicas, a do boto, foi levada às telas em "Ele, o Boto" (87), produção nacional encabeçada por Carlos Alberto Ricelli e filmada em Belém com uma boa fotografia, valorizando rios, céus e matas regionais. No entanto, a iniciativa estrangeira mais famosa de mostrar um pouco dessa riqueza amazônica fracassou ridiculamente. Quem não se lembra de "Anaconda" (idem, 97)? Foi uma das produções americanas mais comentadas, com direito até a matéria sobre os seus bastidores na MTV tupiniquim.

O elenco é composto por nomes como Jon Voight ("Perdidos na Noite"), Eric Stoltz ("Marcas do Destino") e a dublê de atriz e cantora Jennifer Lopez. O resultado acabou sendo uma bobagem feita de encomenda para gringos descerebrados, dirigida por Luis Llosa, responsável por outra bomba, "O Especialista".

PRODUÇÕES

Duas "recentes" produções rodadas por aqui ainda não deram o ar de suas graças no circuito nacional: "O Dia da Caça" e "Tainá no País das Amazonas". A produ-

ção deste último começou no segundo semestre de 97. A proposta do filme, direcionado ao público infante-juvenil, é criticar de maneira leve a exploração e matança de animais da floresta amazônica, cuja fauna é defendida de contrabandistas por Tainá.

O lançamento em Manaus estava marcado para este mês e, em circuito nacional, em junho, para aproveitar as férias do meio do ano.

A esperança do produtor do filme, Pedro Rovai, é que Tainá vire um personagem tão famoso e rentável quanto Pokémon.

Já a trama de "O Dia da Caça" não expõe um quadro muito positivo da região. Com direção de Alberto Graça, "O Dia da Caça" foi filmado no Amazonas e no Distrito Federal e traz no elenco o ator Marcello Anthony e os franceses Barbara Schulz e Jean Louis Tribes. Ao contrário do positivismo pregado em "Tainá", em "O Dia da Caça" o Amazonas é um corredor usado para tráfico de drogas. O diretor acredita que seu filme vai despertar discussões a respeito dessa atividade no Brasil e a estréia de "O Dia da Caça", filmado entre julho de 97 e agosto de 99, está prevista para maio.

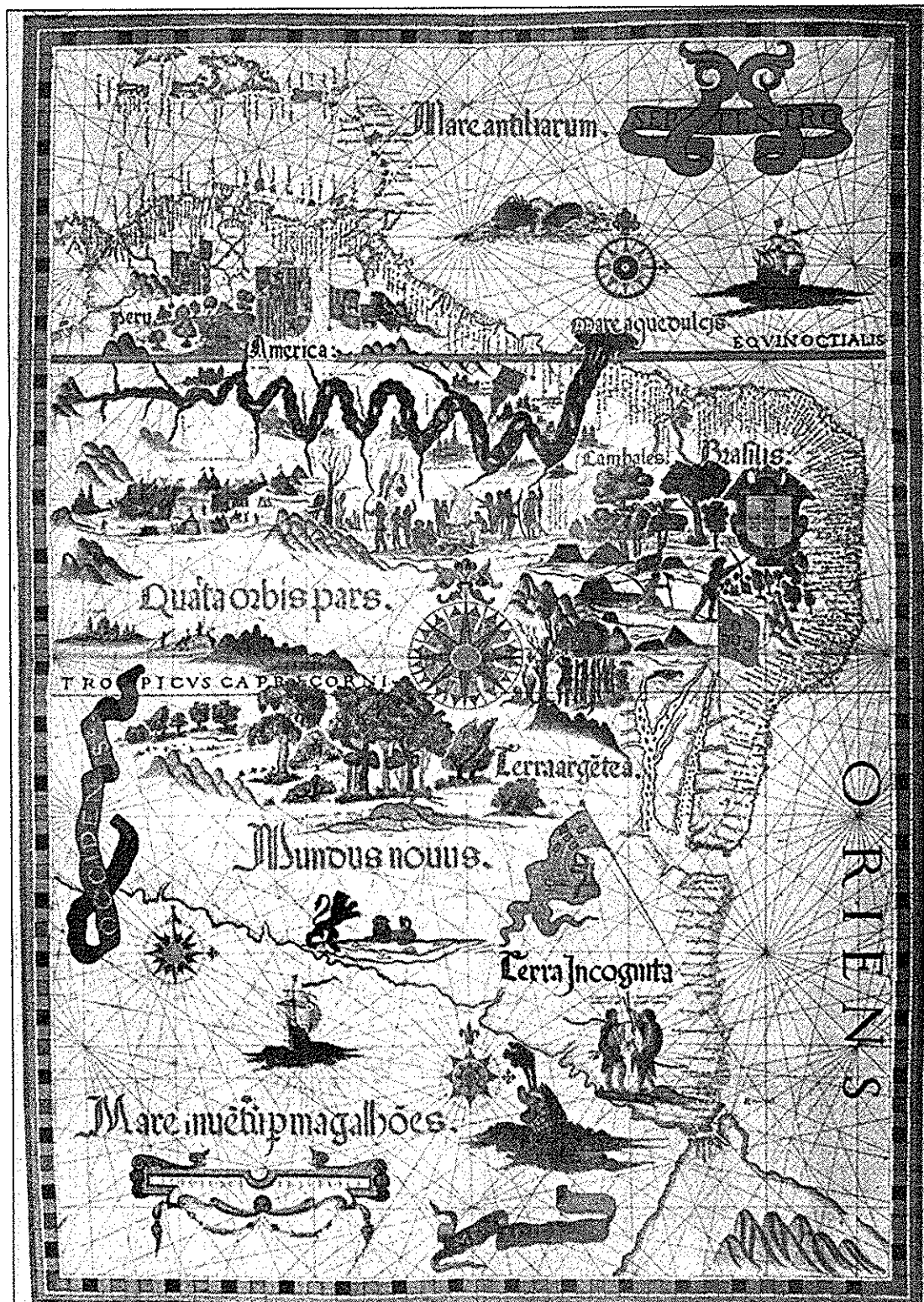
HISTÓRIA

A Construção da Imagem Amazônica no Contexto dos Descobrimientos Marítimos

AMÉRICA, PELO CONTRÁRIO, COMEÇOU POR SER UMA IDÉIA. VITÓRIA DO NOMINALISMO: O NOME ENGENDROU A REALIDADE. (...) O NOME QUE NOS DERMAM NOS CONDENOU A SER UM NOVO MUNDO. TERRA DE ELEIÇÃO DO FUTURO: ANTES DE SER, A AMÉRICA JÁ SABIA COMO IRIA SER. (...) UM SER QUE NÃO TEM PASSADO, QUE NÃO TEM MAIS DO QUE FUTURO, É UM SER DE POUCA REALIDADE.

OTÁVIO PAZ, "LITERATURA DE FUNDAÇÃO"; IN: SIGNOS EM ROTAÇÃO, 1990: 127.

Reprodução



EM 1558

Mapa da América do Sul e Central, mostrando a Amazônia, de autoria de Lopo Homem.

A divulgação da região que seria batizada pelos espanhóis como terra das Américas guerreiras gregas da antiguidade clássica, ocorreu algum tempo após as primeiras viagens de investigação do final do século XV, mediante a exploração que forneciam, através dos seus relatos, certos conhecimentos sobre a América, no que concerne às representações da Amazônia elas foram constituídas em diversos suportes de informações sendo as que produziram um conhecimento visual de maior impacto e disseminação no "Velho Mundo" eram as que estavam estampadas no interior do recém-batizado e já segmentadas do conjunto americano, delineado pela cartografia, operando esta feitura com uma distância máxima de não mais do que sete anos, em relação às primeiras representações feitas das ilhas caribenhas retratadas na viagem inicial de Cristóvão Colombo em 1492.

Quanto à idéia e um certo conceito do que viriam a ser as terras amazônicas para um público distanciado, como era então o europeu, só se tornou possível através da constituição de abstrações representáveis, ela foi se constituindo pela utilização de símbolos, que mediavam as informações e traçavam um retrato dessas terras, por meio desse tipo de prática iconográfica, tornaram a construção da imagem da região um discurso aceito socialmente pelos setores da cultura ocidental, que as manipulavam.

Neste período, a relação de complementaridade existente entre a cartografia e os relatos de viagem eram comuns e necessários, pois através deles era exequível apontar a localização e as possibilidades de comunicação com as riquezas de regiões pouco conhecidas e de difícil acesso, para o mundo europeu, estas características eram condicionadas e estabelecidas no interior das cartas geográficas, por intermédio de códigos.

Nesses códigos, era transmitido um grande número de informações de interesses diversos, que iam desde dados geopolíticos até simples curiosidades, sem a menor base comprobatória. Os agentes da produção cartográfica procuravam simbolizar e padronizar esses elementos de uma forma açambarcadora, em imagens que assumiam conotações modelares e que deveriam satisfazer objetivos de comunicação com os seus interlocutores.

Portanto muitas das narrativas e crônicas dos primeiros exploradores europeus da região, que foram em seguida reproduzidas relatando monte de maravilhas, plantas incríveis, animais mons-

truosos, eram e objetivavam caracterizar-se como dados codificados. Continham em seu interior informações precisas sobre a situação militar da região visitada, os recursos econômicos, as perspectivas de tornar-se um mercado de exploração por parte de um país europeu (o produtor do mapa), as riquezas e por fim as possibilidades de relação.

Ao resgatar alguns dos processos de confecção das imagens estabelecidas pela nova produção cartográfica do século XVI, que contemplava a Amazônia, observa-se como se codificava através de símbolos, tanto as informações comprovadas pela observação direta, presenciada por pilotos – cosmógrafos, ou contidas nas mediações de crônicas ou em relatos orais feitos pelos viajantes e exploradores que sondaram algumas áreas da região, em questão no período, quanto as informações resultantes de projeções, nutridas no medievo ocidental e igualmente valorizadas pela cultura europeia, do Quatrocento e início do Cinquecento. Essas duas vertentes de codificação se viram, amplamente, condensadas nos mapas regionais.

Se, de imediato, não ocorreu uma ruptura que expurgasse o imaginário do espaço cartográfico, por outro lado os agentes desta produção contaram abruptamente com informações a respeito de novos territórios, diante dos fatos. Modificaram a concepção representativa dos seus exemplares, expandindo radicalmente as dimensões das terras retratáveis.

Isto alterou a leitura simbólica da geografia e incrementou a produção dos mapas, no decorrer do século XVI, sem romper totalmente com a dos tempos passados e com as suas práticas, que anteriormente polvilhavam estes diplomas. Os agentes da construção da recém-instituída cartografia continuaram a se valer rotineiramente das antigas fórmulas de codificação da imagem em questão, empregadas, a partir de então, também na retratação das novas terras americanas que, aos poucos, lhes eram reveladas.

Esses agentes eram a princípio os cosmógrafos – cartógrafos e que, isoladamente ou como double de pilotos náuticos, executavam os mapas. Eles delinearam, no início do século XVI, sob as influências que permeava o seu meio e forçados pelo impacto do conhecimento recém-adquirido pelas navegações exploratórias, as primeiras imagens das costas americanas incluindo neste rol a Amazônia, vista a princípio como uma simples extensão das ilhas caribenhas ou atlânticas e posteriormente como uma região de destaque nas suas cartas náuticas.

Como se pode ver, o que deveria ser codificado ou resumido em simbologias tinha origens significativamente diferenciadas, porém elas só começaram a se materializar como estereótipo de identificação e personalização geográfica precisa, localdas no interior da maior bacia hidrográfica do continente, ao reconhecer e se condicionar ao novo perfil americano.

Este volume de informações que chegou na Europa sobre a Amazônia, e que serviu para a fermentação das suas primeiras simbologias cartográficas, tinha, como fonte viajantes que executaram uma trajetória próxima a inaugurada por Vicente Yanez Pinzon, piloto espanhol, que, em 1499, equipado com quatro caravelas rumou para sul do mar do Caribe à procura de terras, navegando abaixo da linha do Equador. Chegando a atingir, o que hoje é, o litoral norte e nordeste do Brasil, esta excursão, que incluiu a foz do rio Amazonas e as terras do seu litoral, acabou sendo considerada por estudiosos do "Descobrimento" como pioneira.

Assim, ao efetuar o estabelecimento de uma rota navegável ao largo das costas, do que viria a se denominar Amazônia, e da desembocadura do seu maior estuário e obter rápidas impressões sobre a região, Pinzon indicava uma tendência de exploração deste período nesta direção. Fato de fácil constatação, pois foi imediatamente seguido, no início do século XVI, por outros navegadores, tais como Diogo de Leppe (1500), Rodrigo de Bastidas (1499-1500), Américo Vespúcio (1499-1500), Juan de la Costa (1499-1500) e Pero Alonso Niño (1499/1500); os quais ao se aproximarem dessas terras, se reportaram, decididamente, a elas nas suas crônicas e relatos de viagens, algumas atingindo uma ampla difusão na Europa. As viagens também possibilitaram as primeiras retratações da região, através de exemplares cartográficos apresentados nos modelos de cartas de navegação.

A partir desta época, a formulação de determinadas simbologias e arquétipos, por possuírem um vocabulário ilimitado, ficou, cada vez mais, associada à maneira como era identificado o vasto espaço territorial do "Novo Mundo", sendo algumas quase que rótulos para a definição das suas regiões. Estas associações contaram com o auxílio proporcionado pelas rápidas incorporações desses arquétipos no interior dos exemplares da produção cartográfica. A necessidade de sua utilização era em decorrência do volume de depoimentos emanados por exploradores. Indispensáveis, eles uniformizaram e concentraram algumas informações, consideradas determinantes para proceder à decodificação dos mapas e dos seus elementos simbológicos.

Entre os agentes cartográficos que efetuarão as primeiras retratações da Amazônia, estabelecendo simbologias identificadoras para a região, merecem ser mencionadas alguns trabalhos e nomes, considerados determinantes neste processo. Entre eles são apontados os seguintes: a carta de Juan de la Cosa (1500), o planisfério de Hamy ou de King (1501-1502), a carta de Alberto Cantino (1502), o planisfério de Nicolo Caverio ou Canerio, ou ainda Canerio Januensis (1504-1506), os Atlas de Kunstmann II e III (1503-1506?), o

Atlas de Waldseemüller (1507), o Atlas de Ptolomeu, feito em Roma (1508), o fragmento de uma carta de Piri Réis (1513), a carta de Lopo Homem, chamada Terra Brasilis (1519), o mapa América Meridional, do Atlas de Diogo Homem (1558).

Esses mapas cobrem, como se pode observar, um período de quase sessenta anos, as maneiras e as técnicas utilizadas na suas confecções foram diferenciadas e se alteraram bastante durante o período que abrange do primeiro ao último exemplar. Porém, os elementos culturais que pré-determinavam o alojamento de projeções do medievo europeu no interior destes diplomas cartográficos se mantiveram, em todos eles, apesar de nuances quanto à forma de representá-los.

Assim, durante o período, à medida que se avolumaram as necessidades pela disponibilidade de um instrumento de retratação e localização imagética, dos "Novos e Velhos Mundos", tornou-se indispensável o auxílio do novo agente reproduzidor de mapas, que também passou a atuar na modificação da cartografia em curso. Aos poucos, o recente ofício foi se definindo e passou, no final do século XVI, a controlar as técnicas de difusão desta produção. Desta forma, os editores - impressores se tornaram agentes deste espaço.

Algumas casas e oficinas impressoras encadernaram os seus exemplares de retratação da Amazônia condicionando-os no interior dos Atlas, outros, no entanto, continuavam a produzir mapas individuais. O critério utilizado para nos dias de hoje entender a importância que foi atribuída coletiva ou individualmente a alguns destes exemplares advém do conceito que essas casas tinham angariado frente aos centros culturais europeus do período, pela sua capacidade de produção e de distribuição, além da maneira como ajustavam as informações objetivas e do imaginário no interior dos diplomas. Também estão associadas ao nome dos autores de algumas cartas que às vezes se confundem com os nomes das próprias casas-editoras.

As casas e os autores a elas relacionadas são: oficinas reais portuguesas, Gymnasium Vosagense, casa de S. Dié (S. Deodato), oficinas de Lopo Homem, casa impressora Grieninger, Gerhard Mercador, Jodocus e Henricius Hondius, os dois da mesma casa (editora Hondius), Jan Janson, Guiljelmo Jansz Blaeuw (casa Blaeus), Nicolas Sanson d'Abeville, Pierre du Val, Alex Hubert Jaillot, estes três últimos cartógrafos eram oficiais franceses, sendo que todos eram organizadores de publicações muito respeitadas no século XVI e início do XVII.

Esses novos agentes, ao atuarem em conjunto com os antigos, reconstruíram o elo entre as figuras e as exigências práticas, contemplando os gostos, a mentalidade de uma determinada sociedade (Europa Ocidental), seguiram um encaminhamento próximo do observado em outros espaços de manipulação imagética do período; como foi o caso das codificações feitas pelos artistas da comunidade

florentina, do século XV, em relação à incorporação e posterior adaptação das influências da arte da Antiguidade ao novo ambiente renascentista das suas representações.

O último agente mencionado, na modificação da concepção representativa, tornou-se importantíssimo para a plena assimilação da codificação geográfica junto ao universo cultural europeu, devido ao fato de ter popularizado o consumo de mapas. A associação da técnica cartográfica com a técnica impressora deu o impulso necessário para difundir as imagens e costumes simbolizados de terras distantes, perante os seus públicos alvos.

Os causadores deste acontecimento eram tanto os gravadores individuais e diretos quanto os das casas impressoras; duas figuras que surgiram com proeminência na produção de mapas após o desenvolvimento da imprensa na segunda metade do século XV. À medida que se afirmava tal tendência, os cartógrafos profissionais tornaram-se expert no manuseio com prensas, na elaboração de miniaturas, na definição dos padrões de cores e em outros elementos que deveriam causar um bom impacto junto aos consumidores. Alguns pesquisadores

identificaram os modelos reconhecíveis para a Amazônia, região, até o final do Quattrocento, inédita para o mundo ocidental, estabelecendo os padrões que influenciariam a formação da sua iconografia, indo assim além do espaço da cartografia.

Esta atuação e o encaminhamento dos agentes dessa construção, no que se refere aos problemas postos para formulação de razões portadoras de peculiaridades e necessitando contemplar adaptações provenientes e decorrentes da união de informações, com origens e coletas diferenciadas (crônicas de viagem e projeções da cultura européia), apresentou uma solução contemporizadora mais sensível e acabada na medida do possível.

Para que ocorresse harmonização das fontes, aparentemente distintas, foram esboçados e criados uns tipos peculiares de imagens, as chamadas imagens miscigenadas. Elas se tornaram os principais estereótipos que acabaram por condicionar a maneira de como se compuseram os mapas, do continente americano e conseqüentemente os amazônicos, determinando a idéia ou conceito emprestado à região.

De fato, estes estereótipos operavam com representações como as do oceano e das suas costas sob a influência das práticas de navegação moderna; mas acolhendo as lembranças colhidas na literatura antiga e na leitura da Bíblia que pesavam mais sobre o imaginário europeu que os relatos informações objetivas de viagens exóticas.

E foi através da força que estas lembranças tinham, colhidas do imaginário europeu, que se continuou, não obstante a contundência de algumas críticas, a operar-se a maneira de construir suas imagens cartográficas da Amazônia. E apesar das revelações feitas por diversas investigações sobre a região, consagrou-se uma fórmula representativa que satisfazia muito mais as interpretações preexistentes sobre estas terras. Fórmula consolidada através de analogias, feita por meio de símbolos, e na medida que os agentes desta produção os tornaram constantes e altamente necessários se estabeleceram os arquétipos identificadores da Amazônia.

Assim, pode-se afirmar que o estudo das práticas imagéticas da Amazônia no contexto dos "Descobrimentos Marítimos" dos séculos XVI e XVII revela um espaço no qual não há uma circunscrição do objeto e das fontes aos recortes limitrofes de uma historicidade meramente regional. Pois, este resgate trabalha nos meandros da História Cultural e busca estabelecer algumas trajetórias e caminhos percorridos por categorias que conseguiram se afirmar como fórmulas de representação frente a conjunturas ou estruturas temporais específicas do mundo ocidental. Pontua este exercício através da identificação dos seus suportes com os conjuntos de idéias, muitas vezes, formuladas à distância da região e a

partir das quais elas, constituíram-se e se impuseram.

Esta observação pode ser constatada neste artigo, já que, em boa parte das práticas mencionadas, ficou evidente este extrapalamento, caracterizando que elas não só foram produzidas por um conjunto de idéias que foram articuladas e aperfeiçoadas na Europa, como, também, reforça as sua não circulação na Amazônia na época das suas formulações. Mesmo as que haviam sido elaboradas nos nichos territoriais amazônicos estavam destinadas e tiveram uma divulgação estabelecida no "Velho Mundo", assinalando que os conceitos de retratação desta região americana foram operados, pelo menos a princípio, em espaços muito distanciados.

Outro aspecto bastante contundente desta rápida reflexão é o de que estas práticas imagéticas, que retrataram a Amazônia e configuraram conceitos e padrões visuais simbolizadores pelos quais a região passou a ser identificada, foram construídas e não simplesmente criadas ou inventadas. Visto que a idéia de construção denota a aceitação de uma historicidade inerente, que necessitou se impor frente ao diversificado e tenso campo representacional existente na Europa, durante os séculos que estes suportes se afirmavam pela força do convencimento, burilando o perfil dos diversos modelos iconográficos que estavam retratando a região.

A tensão e o seu burilamento podem ser observados, na medida que houve um domínio de certos aspectos das idéias de fantástico e fantasioso que foram identificadas como elementos condutores para a produção das primeiras imagens ou retratos da Amazônia. As idéias foram priorizadas na produção cartográfica dos séculos XVI e XVII, vistas, neste artigo como o suporte de maior frequência e continuidade para a identificação de um procedimento imagético que se afirmava, selecionando e depurando, por meio de embates, os conceitos provenientes dos acervos de representações ancestrais e contemporâneos e entendendo quais foram os elementos deste universo que se perpetuariam.

A tensão na construção da imagem de uma das regiões do "Novo Mundo" foi operacionalizada pelas mãos e pelos meios de reprodutibilidade acessível aos agentes e produtores deste tipo de retratação técnica, que se utilizaram analogias simbolizações e arquétipos, para manipular os desejos e sonhos do Ocidente de então. Os agentes, do processo, tinham o objetivo de enaltecer os recursos e o imaginário das terras amazônicas frente a suas sociedades, com o intuito de incentivar o estabelecimento de projetos coloniais, que a princípio não eram materialmente concretizados, mas, sim, pelo menos imageticamente aventados por ocupações retratadas nas representações estampadas como provas cartográficas dos seus projetados domínios.

O autor é coordenador do curso de História da UA, mestre em História Social PUC/USP - Doutorando da USP

"OUTRO ASPECTO BASTANTE CONTUNDENTE DESTA RÁPIDA REFLEXÃO É O DE QUE ESTAS PRÁTICAS IMAGÉTICAS, QUE RETRATARAM A AMAZÔNIA FORAM CONSTRUÍDAS, NÃO INVENTADAS"

atribuem a rápida difusão dos progressos da cartografia como conseqüência deste rol de transformações impostas pelo auxílio da técnica impressora.

A importância deste novo elemento técnico, que conforme a situação se tornava um novo agente, fica reforçada ao se observar as formas de transmissão da cultura popular na Idade Moderna, que atualmente são objetos de estudos. Estes esclarecimentos são feitos por historiadores ao comentarem o papel dos profissionais do ramo de impressão, constataram que eles obtinham uma boa circulação para seus trabalhos junto a camadas mais subalternas da população européia no período. Ao mesmo tempo, percebem que estes agentes não tinham, na época, um papel definido e solidificado no que tange ao seu perfil profissional.

Contando com a capacidade de difusão fornecida pelo advento da imprensa, os mencionados agentes reestruturaram a produção imagética dos mapas, atuando em contemporaneidade com os viajantes que exploravam o continente americano, sendo assim, abastecidos das fontes fornecidas pelas incursões exploratórias. Também manipulavam e divulgavam a simbologia que conheciam na construção e solidificação de estereótipos que passaram a definir a maneira de como retratar esta vasta região equatorial. Nesta seqüência,

'ELDORADO'

Yes, Orellana, nós temos minérios

João Pinduca Rodrigues

QUANDO FRANCISCO ORELLANA DESCOBRIU A FOZ DO AMAZONAS JAMAIS PODERIA IMAGINAR A GRANDE RIQUEZA DO SUBSOLO

CARLOS BRANCO

Se 458 anos depois Francisco Orellana continuasse vivo, saberia que no Estado do Amazonas existe muito mais riqueza mineral do que ele e Gonzalo Pizarro supunham em 1542, quando resolveram, em nome do rei de Espanha, explorar a região próxima ao Peru, onde Francisco Pizarro tinha se estabelecido.

Orellana, principalmente, talvez até se lamentasse por ter saído em busca de canela e do tal ouro do "El Dorado", quando no rio Urucu, no Município de Coari (a 370 quilômetros de Manaus), o petróleo e o gás natural despontam atualmente como as maiores riquezas minerais da região.

Só em gás natural, a Petrobrás estima uma reserva de 110 bilhões de metros cúbicos e a de petróleo, em 160,7 bilhões de barris. A empresa está prestes a superar a marca dos 50 mil barris/dia de petróleo e a expectativa é a de que logo o Amazonas se torne auto-suficiente na produção desses dois produtos.

Tem mais: sendo o petróleo e o gás natural duas das principais "especiarias" da atualidade, está em jogo a construção de um gasoduto ligando, inicialmente, Coari-Manaus-Porto Velho (RO), estimado em cerca de R\$ 300 milhões. Na opinião do vice-governador do Estado, Samuel Hanan, o ideal seria transformar Urucu num pólo petroquímico.

Se vivo fosse, mais estupefato Orellana ficaria caso acessasse os documentos da representação local da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), onde é grande a lista de minérios conhecidos no Estado e na região. Além do petróleo, do gás natural e do ouro citados ante-



PETRÓLEO

Trabalhadores comemoram a descoberta de petróleo e gás natural no Estado do Amazonas

riormente, existem aqui ferro, cassiterita, zirconita, tandalita, água mineral, argilas, ametista, rocha para material de construção, calcário, gesso, fosfato, caulim, sais de potássio, nióbio, rochas ornamentais e linhito.

É bem verdade que nem todos estão em processo de exploração comercial, em parte por falta de mercado local, mas também porque muitos desses minérios estão em terras indígenas, onde há limitações legais para exploração do subsolo. Dados da CPRM indicam que, explorados racional e comercialmente, por enquanto, existem apenas quatro minérios: água mineral, petróleo, gás natural e cassiterita.

INVESTIMENTOS - Orellana, que depois de descer o rio

Amazonas, colocando a vida em perigo, não obteve do governo espanhol recursos para encarar outra empreitada do gênero, por certo ficaria boquiaberto atualmente com o volume de recursos previstos para o aumento da produção de alguns dos minérios que estão sendo explorados no Estado.

Com a produção de concentrado de cassiterita, a Mineração Taboca, instalada no Município de Presidente Figueiredo (a 107 quilômetros de Manaus), pretende investir US\$ 21 milhões na produção de urânio (metal usado na obtenção de energia nuclear), cuja reserva comercialmente recuperável aumentou 45%, passando de 66,2 mil para 96,2 mil metros cúbicos.

O petróleo e o gás natural vêm jorrando com mais força na pro-

víncia do Urucu, que começou a ser explorada em 1986. Dali saem, através de um poliduto até o Terminal do Solimões, todo o petróleo produzido diariamente no Urucu, seguindo, de balsas para a Refinaria de Manaus Isaac Sabbá (Reman), de onde o produto é comprado pelas distribuidoras locais de combustíveis.

Com a exploração do gás natural previsto para 2002, o Governo do Estado espera reduzir de R\$ 120 para R\$ 45 o megawatt de energia gerada no Amazonas. Pelo desenho do projeto de construção do gasoduto, a Petrobrás ficará com o serviço de transporte e o Governo do Estado, com a distribuição.

Quando o projeto sair do papel, a produção de gás natural certamente produzirá um novo ciclo de desenvolvimento na

região tão ou mais pujante quanto foi o da borracha e está sendo o da Zona Franca de Manaus. Afinal, um dos maiores problemas da região sempre foi a geração de energia, matéria-prima indispensável para a atração de negócios em vários ramos de atividade.

Os orellanas da atualidade sabem disso e estão na espreita, prontos para aportar aqui ao primeiro sinal de mudança da matriz energética. Ao contrário do espanhol, eles não possuem uma nacionalidade específica, tampouco visam ocupar terras em nome de qualquer rei. Agem movidos, apenas, pela majestade que atende pelo nome de comércio lucrativo, que deverá ocorrer, entre outras coisas, com a exploração da biodiversidade Amazônica. Talvez, o nosso maior "minério".

Legislação 'amarra' exploração

O gerente de Recursos Minerais da CPRM, geólogo Miguel Martins de Souza, é daqueles que entendem que a atividade mineradora, quando bem conduzida, pode gerar mais empregos, renda, interiorizar a infraestrutura, fixar e melhorar as condições de vida do homem interiorano, aumentar o recolhimento de impostos, preservar o meio ambiente e diminuir o crescimento das favelas nas cidades.

De acordo com Miguel Martins, em matéria publicada no final do ano passado por este jornal, um dos fatores que mais dificultam a pesquisa e a exploração de minérios no País é a legislação ambiental, que é muito rigorosa e impede, por exemplo, que se faça qualquer lavra em áreas indígenas, reservas biológicas e ambientais.

Mas não é só isso. Segundo o geólogo, inexistem bases geológicas em escala

adequada para estudos de localização de minérios; faltam, também, recursos financeiros para financiamento de pesquisas geológicas e, muitas vezes, o mineral é de localização remota. "É preciso, quando se fala em minérios, levar tudo isso em consideração", ponderou Miguel Martins.

Para quem não sabe, ele diz que a inexistência de bases geológicas em escala impede que o mapeamento

funcione como alavanca de todo o processo de desenvolvimento e exploração mineral. É o mapeamento que fornece o conhecimento das potencialidades, probabilidades de sucesso e qualificação das rochas que dão origem às diversas variedades de solos. "A Amazônia precisa ter o seu mapeamento geológico básico, realizado em áreas imensas onde ainda sequer sabemos dados preliminares", disse Miguel Martins. (CB)

Caminhos do descobrimento de minérios

A corrida por minérios na Amazônia começou no tempo do Brasil colônia, com a lenda do "El Dorado", aquela segundo a qual havia um lugar na região em cujo lago um rei banhava-se com ouro em pó, como faziam os seus ancestrais.

Lenda à parte, foi no final da década de 50 e início da de 60 do século 20 que surgiram as primeiras notícias e o estouro da garimpagem de cassiterita no Estado de Rondônia. Em 1967, no Pará, é descoberta uma das maiores províncias minerais do País, a de Carajás, onde o Grupo Vale do Rio Doce explora ferro, basicamente.

No dia 15 de agosto de 1969 foi criada a Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM), com a finalidade de executar a política mineral brasileira e incrementar os trabalhos de pesquisa mineral em todo o País. A companhia instalou-se em Manaus no segundo semestre de 1970, desencadeando, a partir daí, o mapeamento mineral do Estado.

A Mina de Pitinga, a região dos Seis Lagos, no Alto Rio Negro, a província aurífera de Parima, o caulim da BR-174 são produtos do trabalho desenvolvido pelos geólogos da CPRM. Com a descoberta do ouro de Serra Pelada (PA), aconteceu o que os especialistas no assunto chamam de "década perdida", em função da exploração desordenada, em forma de garimpo, que ocupou não só a Serra Pelada, mas todas as frentes de lavra da região do rio Tapajós.

Tanta bagunça obrigou o Governo Federal a agir com firmeza, fato que se refletiu na promulgação da Constituição Federal, em 1988, quando a atividade mineradora passou a ter várias restrições de ordem ambiental e biológica. Os estrangeiros também foram excluídos da mineração do País.

Na segunda metade desta década, houve um abrandamento na legislação e o capital estrangeiro voltou a participar das atividades de mineração. Isto ficou mais evidente com a recente flexibilização do monopólio do petróleo pela Petrobrás. Aliás, a corrida pelo petróleo no Estado começou em 1917 (ver quadro).

Petrobrás já atua há 82 anos

A Petrobrás sabe que a Amazônia tem uma área sedimentar potencialmente capaz de conter petróleo de mais de 1 milhão e 800 mil quilômetros quadrados, incluindo as bacias do Acre, Amazonas, Solimões, Marajó, Bragança-Viseu e Barreirinha. Esta última, terra do poeta Thiago de Melo.

São áreas que vêm sendo pesquisadas há anos pela Petrobrás e têm características geológicas, geográficas e sócio-econômicas inteiramente diferentes, envolvendo regiões de selva profunda e desertos de dunas, passando por áreas indígenas e pólos de desenvolvimento.

Por conta disso, a aventura da exploração começa pela "frente de picada", que tem a missão de abrir o caminho para a chegada dos equipamentos. O cuidado nessa fase é o de não cortar árvores de grande porte. O desmatamento é manual. Os operários da "frente de picada" se instalam em redes, protegidas por uma cobertura de lona. O suprimento chega por helicóptero.

Em seguida, é a vez de a equipe sísmica fazer o seu serviço - a radiografia do subsolo em busca dos locais a ser perfurados. Cada equipe sísmica possui cerca de 350 homens, que percorrem de 150 a 200 quilômetros por mês, de acordo com o andamento do serviço. Constatada a existência de petróleo, ali é firmado um marco para estudos de viabilidade econômica da exploração em caráter comercial.

CRONOLOGIA DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA AMAZÔNIA

• Tudo começou em 1917, quando o Serviço Geológico de Mineralogia do Brasil perfurou, na Bacia do Amazonas, o poço S-1 (sondagem número 1), com o objetivo de localizar jazidas de carvão e outros combustíveis.

• Em 1925, os primeiros indícios de óleo e gás, nas proximidades de Itaituba, no Pará, levaram à intensificação das pesquisas.

• Até 1935, quando surgiu o Departamento Nacional de Produção Mineral, foram realizadas 17 perfurações, numa fase caracterizada pela exploração dos conhecimentos geológicos e predomínio das informações orais.

• Em 1938, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), que assumiu o controle da exploração de petróleo em todo o País. Em suas investidas, a CNP perfurou sete poços na Amazônia.

• A criação da Petrobrás, em 1953, inaugurou uma nova fase da procura do petróleo na Amazônia. Nos dez primeiros anos, a empresa perfurou 192 poços sempre às margens dos grandes rios. Datam desse período as descobertas não-comerciais de petróleo em Nova Olinda, Autaz-Mirim e Maués.

• De 1964 a 1972, o insucesso comercial e as dificuldades em trabalhar na selva amazônica levaram a Petrobrás a suspender as atividades nas bacias do Amazonas e do Solimões.

• Em 1978, houve um retorno à Amazônia, decisão influenciada pela possibilidade do uso de helicópteros para interiorizar as operações na floresta. Nesse ano, ocorreu a primeira descoberta significativa na província de gás do Juruá, no Município de Carauari (AM), a 750 quilômetros de Manaus. Estima-se que ali existam 30 bilhões de metros cúbicos de gás.

• Foi nos anos 80, no entanto, que ocorreram as principais descobertas com a perfuração, em 1986, do poço I-RUC-1 (rio Urucu), entre Itef e Coari, que se revelou produtor de óleo, gás natural e condensado (um óleo muito leve). A descoberta provocou o incremento das atividades da Petrobrás na Amazônia, abrindo novas perspectivas de exploração de petróleo em toda a região.

